

**TORRE DE**  
**MONCORVO**  
assembleia municipal

# **ATA N.º 5**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**30 DE JUNHO DE 2022**

**APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30/09/2022.**

M.  
Redu  
167

-----Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 09h30, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**1 - Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

**1.1** Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 29 de Abril de 2022; -----

**1.2** Informação de Correspondência; -----

**1.3** Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

**2 – Período da Ordem do Dia:** -----

• **Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09];-----

• **Ponto 2** – Apreciação da Consolidação de Contas do ano 2021; -----

• **Ponto 3** – Designação de três representantes da Assembleia Municipal para Constituição da Equipa para a Igualdade na Vida Local. -----

**3 – Período de Intervenção do Público.** -----

lh.  
Pedro  
M.

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira; -----

-----Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva; -----

-----Luís João Fernandes Dias; -----

-----João Augusto Leal Leonardo; -----

-----Catarina Patrícia Valente Lopes; -----

----- Bernardo Pando da Silva; -----

-----Júlio César Rentes Frade; -----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Maria Emília Gonçalves Rego Lopes - Freguesia de Açoreira; -----

-----Vítor Manuel Queijo Pereira – Freguesia de Cabeça Boa; -----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais; -----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----Liliana Patrícia Vilarinho Maçorano – Tesoureira da Freguesia de Horta da Vilarça; -----

-----Luís Miguel Cascais Alves – Freguesia de Larinho; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa; -----

-----Tânia Cristina Costa Mota – Secretária da Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; -----

-----Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias Felgar e Souto da Velha; -----

-----Ricardo Barros Fernandes – Secretário da União de Freguesias de Felgueiras e Maçores; --

-----Carlos Manuel Andrade Branco – Tesoureiro da União de Freguesias de Urros Peredo dos

Castelhanos; -----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----José Manuel Rodrigues Aires; -----

-----Altina da Glória Lopes Pinto; -----

-----Fausto Edmundo Tiago; -----

-----Diogo Miguel Tomás de Oliveira; -----

-----Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; -----

-----Luís Miguel Lopes; -----

-----António Júlio Andrade; -----

-----**Presidente de Junta de Freguesia:**-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

Verificou-se a presença dos vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal. ----

**Constituíram a Mesa:** -----

**Luís Miranda Rei** – Presidente de Mesa;-----

**Pedro Miguel Pinto Carrasqueira** – 1.º Secretário; -----

**Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva** – 2.ª Secretária.-----

-----**A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o Sr. Vice-Presidente Vítor Manuel da Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, dar início ao Período de antes da ordem do dia. ---  
O primeiro ponto, Ponto n.º 1.1, Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 29 de abril de 2022. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---

**PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022.** -----

---

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Como habitualmente, estão abertas as inscrições para quem quiser pronunciar-se sobre a ata. Penso que não há inscrições, iríamos à votação. -----

Nos termos do CPA, só vota quem esteve presente. -----

Acabou de chegar a representante da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, que hoje é a sua secretária, Tânia Mota. Portanto, eu iria dizer quais são os membros que não estiveram presentes na sessão anterior e que não vão votar: João Leonardo, Vítor Pereira, Tânia Mota, Liliana Maçorano, Carlos Branco, Ricardo Fernandes e Altina Pinto. -----

Iríamos, então, votar. Dizer que chegou o Sr. Deputado Diogo Oliveira, e que vai participar na votação. -----

14.  
Pedro  
M.

Neste momento, falta só o Sr. Deputado Vítor Vieira. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, com 19 votos a favor, aprovar a  
“Ata da sessão ordinária de 29 de Abril de 2022”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

**PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.** -----

---

---

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 163/2022 a 223/2022 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Quanto ao Ponto n.º 1.2, Informação de correspondência, a recebida desde a última Assembleia versa fundamentalmente sobre alguns requerimentos do Sr. Deputado José Aires, que estão aqui para consulta, sobre ofensas à honra, outro sobre um contrato, outro sobre as obras no Campo de Jogos Dr. Camilo Sobrinho, e outro sobre a nomeação de um funcionário. Também outro requerimento para consulta dos documentos relativos à Fábrica de Bagaço, na Aldeia de Carviçais. -----

Também entraram dois requerimentos do Sr. Deputado Diogo Oliveira, a propósito de um ecoponto, um, e outro, da utilização da motoniveladora. -----

E entrou um requerimento do Sr. Deputado António Júlio Andrade, sobre uma obra ali na zona do terminal. -----

Dizer que também chegou uma comunicação, um e-mail, do Sr. João Marrana, a propósito do falecimento de um cidadão de Felgueiras, o Sr. Acácio, a enaltecer a figura, e a dizer que é um homem merecedor de uma justa homenagem, porque é alguém que seria uma história viva do concelho. -----

Chegou o Sr. Deputado Vítor Vieira, o que significa que estão os vinte e oito membros da Assembleia. -----

---

---

**PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO.** ----

---

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Altina Pinto** (PS), **Sílvia Santos** (PS), **Luís Miguel Lopes** (PS), **Bernardo Silva** (Coligação PSD/CDS), **Diogo Oliveira** (PS) e **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Pelos vistos, haverá cidadãos do Concelho de Moncorvo que não concordam com esta designação. Esta é uma designação que está na Lei, está ali “assuntos de interesse relevante para o Município”, o “relevante” poderá levantar aqui algum problema, poderão ser assuntos de interesse geral para o Município, acho que é uma questão de português, mas poderá perfeitamente mudar-se o termo, porque os assuntos do Município são todos relevantes, isso é um facto. -----

Então, iria abrir as inscrições para quem se quiser pronunciar sobre assuntos de interesse relevante para o Município. Relembro que para o período de antes da ordem do dia são sessenta minutos. Logicamente, não vamos contabilizar o tempo da ata e da informação da correspondência. -----

Antes, dizer que vai haver uma reunião da Assembleia Intermunicipal da CIMDouro, no dia 15 de julho, aqui em Moncorvo. -----

Estão abertas as inscrições. Quem pretende intervir? Temos dez inscrições, dá cinco minutos para cada um. -----

Começamos pelo Sr. Deputado José Aires, que foi o primeiro que se inscreveu. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentá-lo a si e aos restantes elementos da Mesa, cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo, cumprimentar as Sras. e Srs. Deputados, cumprimentar as Sras. e Srs. Presidentes de Junta, cumprimentar também o público aqui presente, e cumprimentar os Srs. Funcionários.- Sr. Presidente da Câmara, chegou ao meu conhecimento que a empresa Aethel Mining cessou a produção e o transporte de britas densas, e que deixou um rasto de dívidas no concelho, a saber: prestador de serviços de máquina, fornecedores de combustíveis, empresa de britagem, hotelaria, restauração, entre outras. Pela informação que me chegou, a dívida ascende já a centenas de milhares de euros. Tendo sido V. Exa. um dos maiores promotores e defensores do projeto mineiro, conforme comprovam as suas declarações públicas e as dezenas de artigos publicados na imprensa regional e nacional, que passo, em parte, a enumerar: -----

- Março de 2014, Notícias do Nordeste: “Torre de Moncorvo retoma a exploração de ferro nos finais de 2016”; -----

- Setembro de 2015, Mensageiro de Bragança: “Decisão sobre as minas conhecida só em novembro”; -----

16.  
Pedro  
M.

- Novembro de 2015: “MTI vai agora pedir licença e espera arrancar com os trabalhos no primeiro trimestre do próximo ano”; -----
- Novembro de 2015, Público: “Declaração de impacto ambiental favorável é o primeiro passo para o arranque dos trabalhos, que deverão criar cento e dez postos de trabalho no primeiro ano de exploração, e chegar aos quinhentos e quarenta, passados cinco anos”; -----
- Novembro de 2015, Mensageiro de Bragança: “Nuno Gonçalves acredita que se passou para a fase de execução do projeto mineiro. Exploração mineira de Torre de Moncorvo pode criar mil postos de trabalho”; -----
- Maio de 2016, JN: “Exploração das minas de ferro de Torre de Moncorvo arranca em junho. O investimento total da extração mineira de ferro será de 600.000.000€ e criará quatrocentos e cinquenta postos de trabalho”; -----
- Junho de 2016, Mensageiro de Bragança: “Retoma da exploração mineira cativa jovens para a formação na área”; -----
- Outubro de 2016, Público: “Concessão mineira de Moncorvo vai arrancar com exploração até 2018”; -----
- Abril de 2019, Diário de Trás os Montes: “Autarca de Moncorvo diz que a exploração mineira de ferro avançará em setembro. Nuno Gonçalves acusa Espanha pelo atraso na burocracia transfronteiriça”; -----
- Janeiro de 2020, Observador: “Exploração de minério de ferro em Torre de Moncorvo retomada em março. O Presidente da Câmara de Torre de Moncorvo, Nuno Gonçalves, disse esta sexta-feira ter tido a garantia da empresa concessionária de que a exploração de minério de ferro no concelho será retomada no dia 1 de março”; -----
- Junho de 2020, Observador: “Aethel Mining estima produção de trezentas mil toneladas de concentrado de ferro em Moncorvo até ao final de 2020, destinadas aos mercados europeus e árabe”; -----
- Fevereiro de 2021: “Minas de ferro de Torre de Moncorvo exportam cinquenta mil toneladas para a China”; -----
- Outubro de 2021: “Exploração das minas de ferro retomada dentro de duas semanas. A Câmara Municipal de Torre de Moncorvo informou esta terça-feira que a exploração das minas de ferro, situadas na União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha, desativadas há mais de trinta anos, será retomada dentro de duas semanas.” -----

Pergunto-lhe: sabendo que já visitou a China enquanto Presidente do Município, e nos relatou que estabeleceu contactos com investidores chineses com interesse no projeto mineiro de exploração de ferro, se nos pode informar se a exportação das cinquenta mil toneladas já chegou ao destino? quantos jovens, dos doze alunos do curso de prospeção mineral e geotécnica, promovido pelo IPB, foram contratados e se encontram a trabalhar na exploração do minério?

M.  
Reduo  
kj

qual o montante recebido por parte do Município desde o início da exploração mineira até ao presente? quais as diligências que desenvolveu junto da administração da empresa, no sentido de salvaguardar os interesses dos empresários do concelho? -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra agora ao Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Bom dia, Sr. Presidente, Mesa, Executivo, Srs. Vereadores, deputados, Exmo. Público e funcionários. -----

Quero, antes de mais, parabenizar o Executivo pela implementação, na prática, no mês de maio, da redução do IMI para 0,3%. Esta medida foi aplicada e executada pela Coligação CDS/PSD, através do Executivo Municipal, com base em critérios sustentáveis, ao longo dos mandatos anteriores. Só com a redução da dívida e a saída da situação de saneamento financeiro em que o Partido Socialista tinha deixado as contas do Município, permitiram agora este alívio para as famílias Moncorvenses. -----

Nesse sentido, pergunto ao Sr. Presidente qual o valor que o Município deixou de cobrar com esta redução. -----

Ainda gostaria de me congratular, depois da adesão do Município à Associação de Municípios Portugueses de Vinho, com a escolha da região do Douro para Cidade Europeia do Vinho 2023, evento lançado pela RECEVIN, que tem como objetivo a promoção turística e a divulgação da região europeia de produtores de vinho. É uma boa oportunidade, como diz o Presidente da Câmara da Régua, para levar o mundo até ao Douro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Altina Pinto, se faz favor.--

-----**A Deputada Altina Pinto:** Muito bom dia a todos, sem exceção. -----

-----**Protesto**-----

“Protesto para inclusão na ata da Assembleia Municipal apresentado pelos deputados eleitos do Partido Socialista”-----

*Os deputados eleitos do Grupo Municipal do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo vêm apresentar o seu veemente protesto com base nos seguintes factos praticados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal que, em nosso entender, diminuem a democracia e colocam entraves ao escrutínio da atividade municipal, a saber:* -----

1/2.  
Pedro  
M.

- Sucessivos adiamentos de pedidos de agendamento solicitados nos termos do Regimento em vigor nesta Assembleia Municipal; -----

- Sucessivos e reiterados incumprimentos por parte do Presidente da Assembleia Municipal em dar-lhe o seguimento devido; -----

- A não prestação de informação por parte do Presidente da Câmara Municipal sobre assuntos de relevante interesse municipal, conforme se encontra consagrado na Lei das Autarquias Locais, dos quais destaco, pela sua importância: -----

- Contratação Pública; -----
- Obras municipais comparticipadas por fundos comunitários; -----
- Aquisição de bens e serviços por ajuste direto; -----
- SIADAP; -----
- Procedimentos concursais; -----
- Processos jurídicos em que o Município é arguido; -----

Face ao exposto, e tendo como objetivo o cumprimento cabal das funções para as quais fomos eleitos por voto direto dos eleitores deste concelho, os deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista vêm apresentar o presente protesto pelo desrespeito e ocultação de informação relevante com sucessivas manobras de delação por parte do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e do Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista". -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Dava a palavra à Sra. Deputada Sílvia Santos. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Mesa, Srs. Deputados. -----

Sr. Presidente, nós temos uma moção para apresentar. -----

-----**Moção**-----

"Transmissão vídeo e áudio das reuniões da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo em plataforma digital" -----

Há quarenta e oito anos que a Democracia foi implementada em Portugal, permitindo desta forma a participação livre de todos os cidadãos na vida pública, administrativa e judicial do país. -----

Durante este período marcado por diferentes transformações sociais, económicas e outras de

h.  
Pedro  
M.

índole distinta, facilmente comprovadas nos índices internacionais que medem a evolução e consolidação das diferentes sociedades. -----

Consolidado o regime de direito democrático, consideramos ser de extrema importância aproximar ainda mais os eleitos dos eleitores e responder aos desafios que a inovação nos coloca, designadamente com a evolução e desenvolvimentos das novas tecnologias de informação. -----

As plataformas digitais assumem hoje em dia um papel preponderante no dia a dia das pessoas.- A transmissão vídeo e áudio das reuniões da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo em plataforma digital tem como objetivo aproximar as instituições de poder político dos cidadãos.---

Na reunião ordinária de 10 de dezembro de 2021, no Ponto n.º 14, referente ao Regimento para o mandato 2021-2025, por parte do Grupo Municipal do PS foi invocada a Lei n.º 28/2020, de 28 de julho, art.º 2.º: “As reuniões de realização pública obrigatória devem ser objeto de gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia, podendo ainda ser transmitidas em direto pela internet ou outro canal de comunicação que assegure a sua publicidade, se a autarquia dispuser de meios para o efeito.” -----

Como todos tivemos ocasião de presenciar na sessão de instalação dos órgãos municipais para o presente mandato 2021-2025, realizada no dia 11 de outubro de 2021, o evento foi transmitido via internet, o que torna clara a existência de meios por parte da autarquia para cumprir a Legislação. -----

Assim, na sessão ordinária da reunião da Assembleia Municipal realizada no Cineteatro de Torre de Moncorvo, a 30 de junho de 2022, propomos que seja deliberado: -----

1. Transmitir as suas sessões, ordinárias e extraordinárias, em direto, através da internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessíveis a todos os cidadãos, utilizando para isso os meios técnicos do Município; -----
2. Disponibilizar para consulta a qualquer cidadão o áudio e vídeo registados durante as suas sessões no sítio web do Município; -----
3. Um prazo máximo de quarenta e cinco dias para a sua efetivação, a contar da data de aprovação desta moção.” -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Irá ser votada dentro de minutos. -----

Sr. Deputado Júlio Frade. Prescinde? Sr. Deputado Fausto. Não se inscreveu? Peço desculpa.- Então, pode ser o Sr. Deputado Luís Lopes. Peço desculpa ao Sr. Deputado Fausto por termos confundido. -----

16  
Bdu  
M.

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Bancada do PSD, do CDS, colegas, funcionários do Município.-----

Muito rapidamente, eu queria perguntar, como sempre, ao Sr. Presidente da Câmara uma situação que se está a passar no nosso concelho, que tem a ver com as minas. -----

No dia 13 de outubro, o Sr. Presidente da Câmara disse ao jornal Público o seguinte, e passo a citar: “Esta reativação mineira significa a concretização de um projeto que já vem de há longos anos, e uma batalha que não foi fácil. Tudo isto é demonstrado pela quantidade de camiões que circulam nas nossas estradas e nas pessoas que ficam no Concelho de Torre de Moncorvo. O número de empregos diretos e indiretos é bom para este território. Espero que o número de empregos venha a aumentar e que a extração de inertes e de minério seja aumentada.” Fim de citação. -----

Sr. Presidente, o que lhe pergunto é: passados sete meses, vemos tudo muito parado; sabe dizer-nos qual a razão desta situação? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Luís Lopes. Dava a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Ora, muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Executivo, Srs. Vereadores da Oposição, Srs. Membros da Assembleia, Presidentes de Junta, funcionários do Município, estimado público: --- Eu gostaria de parabenizar, em primeiro lugar, o Executivo, mas também os Grupos Parlamentares do PPD/PSD e do CDS, assim como o Sr. Deputado do PS, Luís Lopes, por terem aprovado na Assembleia anterior a inscrição do Município de Torre de Moncorvo na Associação de Municípios Portugueses do Vinho. Essa mesma inscrição permitiu que a CIMDouro, através de uma candidatura conjunta, fosse eleita Cidade Europeia do Vinho. É uma vitória de todos os concelhos da região e um orgulho de todos os Srs. Municípes. Para além disso, será certamente um fator de atratividade comercial dos nossos vinhos, atratividade turística e de notoriedade das nossas regiões. -----

Gostaria, neste âmbito, Sr. Presidente, de perguntar se já existe algum plano de ação sobre o formato da execução da candidatura, e quanto é que a nossa região espera receber de investimento europeu para o desenvolvimento da mesma. -----

Em segundo lugar, deixo aqui uma nota para o Festival do Solstício, que continua, ano após anos, a posicionar-se como um evento de cariz cultural diverso, onde a representação das artes em todas as suas vertentes é já uma realidade. Felicito também todos os funcionários do

Município, a Escola Sabor Artes e todos os seus professores e alunos, pelo seu empenho na participação neste evento. Sem eles, seria impossível. -----

Termino a minha intervenção com uma novidade no nosso território, que foi a parceria com a Escola do Rock Paredes de Coura. Dias antes do evento, tivemos o prazer de ter em Torre de Moncorvo dezenas de jovens músicos, que em conjunto com a Escola Sabor Artes, foram usufruindo da nossa vila, enquanto preparavam um concerto final de sexta-feira. Creio que podemos ter criado aqui um caminho, com esta parceria comprovada, de termos em Torre de Moncorvo uma residência artística, onde podemos alargar as valências e experiências dos nossos alunos e professores a outras metodologias de trabalho, a outras formas de ver, pensar e executar a arte, ao mesmo tempo que dinamizamos culturalmente e economicamente o nosso território. -----

Gostaria, portanto, de saber, Sr. Presidente, se esta possibilidade está aberta. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente, os restantes elementos da Mesa, cumprimento todas e todos os deputados, o Executivo Municipal, as Presidentes e os Presidentes de Junta, os Srs. Funcionários e o público. E também não poderia deixar de dar um cumprimento especial ao Sr. Vice-Presidente, e dar-lhe as boas-vindas. Por momentos, pensámos que se tinha reformado das reuniões da Assembleia Municipal. Sr. Presidente, no dia 14 de junho de 2022, enviei o Requerimento n.º 3/2022, para o Exmo. Sr. Luís Miranda Rei, Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, cujo assunto era a limpeza dos caminhos com a motoniveladora. Como já ficou registado em atas anteriores, é costume não se responder a alguns requerimentos. -----

Sr. Presidente, este requerimento foi enviado com tempo suficiente para obter uma resposta para esta Assembleia Municipal. Onde se encontra a resposta ao mesmo? Esfumou-se no tempo? É que na Assembleia Municipal anterior referiu que a responsabilidade da motoniveladora não era sua; mas, Sr. Presidente, a motoniveladora não é da Câmara, para limpeza dos caminhos? Quem é o Presidente da Câmara? Segundo consta no site do Município, mais propriamente no separador da Câmara Municipal, consta que é uma pessoa chamada Nuno Gonçalves. Este senhor não é o Sr. Presidente? Então, sendo assim, de quem é a responsabilidade? -----

Na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente referiu, e passo a citar: “*A máquina, neste momento, ao que eu sei, está a operar na Junta de Freguesia da Açoreira.*” Esta informação foi confirmada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Açoreira. E agora, Sr. Presidente, onde se

1/2  
Adm  
10/1

encontra a máquina? Em Mós já nem se sente sinais dela. Mós deixou de fazer parte do concelho? Sr. Presidente, qual é a comissão de atribuição da máquina motoniveladora às freguesias? Quem desenha o calendário para limpeza dos caminhos por todas as freguesias de Torre de Moncorvo? Onde se encontra o calendário para limpeza dos caminhos de todas as freguesias de Torre de Moncorvo? Quando é que a motoniveladora vai finalmente para a Freguesia de Mós? -----

Pretendo uma resposta ao requerimento enviado. Sr. Presidente, pretendo uma resposta para cada uma destas questões. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Muito bom dia, Sr. Presidente da Mesa, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, restante Executivo, Vereador da Oposição, colegas Presidentes de Junta e substitutos de Presidentes de Junta, restantes deputados das três Bancadas. -----

Trago aqui dois assuntos, e um tem a ver com uma questão que circula, nomeadamente na minha freguesia – que já é uma freguesia destes apanágios todos – acerca de um médico que temos lá a operar. E venho aqui, acho que é um assunto relevante para o concelho, dizer-vos algumas considerações. O senhor é médico, está inscrito na Ordem dos Médicos, tem cédula válida até janeiro de 2026, tem cartão de cidadão, tem vinhetas para as receitas que passa, está inscrito na plataforma da saúde, e tenho provas presentes aqui, que vos poderei mostrar particularmente – por causa da proteção de dados. Portanto, dá as suas consultas, só vai lá quem quer. -----

Posso dizer-vos também, pelo conhecimento que tenho, que tem muitos pacientes, oriundos de muitos sítios, quer do nosso concelho, neste momento, quer de outros concelhos do próprio território nacional, e muitos estrangeiros. -----

A saúde é muito relativa, sendo um dos assuntos que quem o vive particularmente sabe o que quer, e até onde pode ir e chegar, por vezes numa procura incessante, esgotando-se todas as possibilidades. -----

O mais caricato é que só lá deve ir quem quer, mas apareceu, e logo tudo a conspirar, como sempre, e já habitualmente acontece neste concelho. Mas, por acaso, muito mais importante – acho eu, pelo menos para mim – a Extensão de Saúde de Carviçais está fechada há dois anos, com quase novecentos utentes inscritos, e terem de vir forçosamente e obrigatoriamente, sem escolha, a Moncorvo, porque o médico deixou de lá ir, com a justificação da Covid, e que lamentavelmente ainda hoje perdura. E com que justificação agora? Vontade e capricho de alguém? Não quero crer. Disso ninguém fala, nem interessa falar. Mas, antes de carregarmos

M.  
Pedro  
157.

nos vizinhos, devíamos ver a nossa casa também. E sem dúvida alguma que a nossa saúde, de cada um de nós, quando precisamos e estamos aflitos, merece tudo isso e mais alguma coisa. O grande problema é que pensamos sempre que só acontece ao lado, mas pode um dia chegar a nós. -----

A Junta de Freguesia, como sempre, olha ao bem-estar e condições de vida dos seus habitantes, estando sempre com abertura para uma infinidade de disponibilidades que possam estar presentes e ao alcance das pessoas. Por isso, neste caso, cedeu um espaço para o doutor poder consultar, assim como o faz ao Centro de Saúde, como já o fez anteriormente, cedendo o gabinete da presidência a uma dentista, para lá ir dar consultas, como o fará em futuras situações que possam ser benéficas à sua população, como luta diariamente por conseguir os melhores possíveis serviços e meios para a aldeia, sempre pelo melhor dos seus. E assim será. -----

O outro assunto diz-me de certa forma respeito, a mim e aos restantes Presidentes de Junta, que tem a ver com a niveladora. Falou-se aqui já na Assembleia anterior na niveladora, com questões, com requerimentos, etc., e acho que estou ao alcance de poder esclarecer alguns dos assuntos sobre isso. -----

A niveladora é propriedade da Câmara Municipal, disponibilizada em grande parte do ano ao serviço das Juntas de Freguesia, que fazem a gestão da sua utilização através de uma comissão, constituída por três Presidentes, em colaboração com o Município. No mandato anterior, essa comissão era constituída pelos Presidentes Francisco Braz (eu próprio), José Moreiras e Mário Miranda – este, depois, substituído por Alexandre Martins – das Juntas de Carviçais, União de Freguesias de Cardenha e Adeganha, e Horta da Vilariça. Por norma, tem sido efetuado por mim um mapa de operacionalidade, que é seguido no decurso da atividade, por isso estar eu aqui hoje a pronunciar-me sobre o assunto, e não qualquer um dos meus colegas. -----

A máquina esteve grande tempo parada por avaria e falta de operador. Como, neste momento, para o presente mandato, ainda não foi formalizada nova comissão, havendo necessidades de operar, foi acompanhada pelo Município a sua disponibilização. O que está acordado e informado à comissão é que brevemente será constituída a nova comissão e entregue mapa atualizado de trabalhos, com os devidos acertos aos que já usufruíram dos serviços da mesma. Não poderá ser ainda hoje tratada essa comissão, em virtude de termos muitos Presidentes de Junta ausentes. E para este assunto, mui respeitosamente, terá que ser com os meus homólogos. ----

Particularmente em relação a Mós, o Sr. Representante da Junta de Mós está aqui presente, o meu homólogo, que tem todo o meu respeito e de todos os outros Presidentes, e sabe muito bem o funcionamento. Mós usufruiu da máquina niveladora a seguir a Carviçais, por acaso. Neste momento, quando voltará a operar? Pelo conhecimento que tenho sobre onde andar, vai fazer Castedo, vai fazer Felgar, Carviçais e Mós. -----

Tenho dito. -----

16 / 17  
Pedro  
MOT.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, como sou diretamente visado ali no documento entregue pelo Grupo do Partido Socialista, dizer-vos o seguinte: há vários anos que vivemos num Estado de Direito Democrático. E um Estado de Direito Democrático pressupõe duas premissas: o direito e a democracia. Na democracia, houve as eleições, e efetivamente houve um grupo vencedor, que é a Coligação PSD/CDS. Isto é assim em todo o país. Ainda ontem assistimos a uma decisão do Ministério das Obras Públicas contra a construção do aeroporto. Vejam o que aconteceu durante anos, o Partido Socialista quis resolver o problema, mas não resolvia, porque não tinha apoio parlamentar. Agora tem a maioria, decidiu. A democracia é assim, são as regras da maioria. -----

Depois, há outro princípio, que é o Estado de Direito. Eu agendo e respondo – ainda esta semana respondi a quatro requerimentos, por exemplo, do Sr. Deputado José Aires. É a minha opinião, é a opinião da Mesa, o Sr. Deputado não tem que concordar comigo, como eu não tenho que concordar com ele, mas há mecanismos internos e externos para contestar a minha decisão. É assim na política, é assim no direito, é sempre assim. Eu penso de uma maneira, e por amor de Deus, não quero de maneira nenhuma que os cidadãos de Moncorvo, que esta Assembleia Municipal, quem quer que seja, pense como eu. Por amor de Deus, a liberdade foi instaurada em 1974, temos o direito de pensar de maneira diferente. Eu fundamento as minhas decisões, acho que as fundamento bem. Não tenho o monopólio da verdade. Aliás, vocês sabem que o direito permite várias interpretações, por isso é que há vários tribunais. Por exemplo, as decisões podem começar na primeira instância, e ir até ao Constitucional, ou até a instâncias europeias, etc. Portanto, estejam à vontade. -----

Agora, tanta legitimidade tem A, B ou C de pedir para ser agendado um assunto, para falar de um assunto, etc., como tenho eu legitimidade para não concordar, logo que o justifique. -----

A propósito dos requerimentos, já agora, também dizer outra coisa: por um lado, a propósito dos requerimentos, sou acusado de o remeter para a Câmara para responder, que devia responder logo, etc.; por outro lado, surge o contrário, que não há uma resposta rápida do Presidente da Assembleia. Bem, é assim, eu não posso responder sobre assuntos que são da competência da Câmara; tento encaminhar para obter uma resposta. Logicamente que às vezes demora, enfim, as burocracias, etc. E também, do que eu sei, alguns requerimentos, concretamente, são de resposta impossível, porque se pede o impossível, porque se pede uma coisa que não existe.---

Como é que legalmente se pode responder a uma coisa que não existe, e depois uma resposta em que se continua a insistir? Enfim, eu não sei, isso juridicamente é uma questão inexistente.-

Peço desculpa, mas é assim, como vos disse, somos todos livres de pensar. Como dizia, num debate na SIC, um membro do Partido Socialista – e peço desculpa por me estar a alongar, porque não gosto de o fazer – o Sr. Deputado e dirigente, Pedro Delgado Alves, dizia assim, a

lh.  
Rede  
M.D.

propósito da história do aeroporto: *“É importante haver um consenso da sociedade”*, e acrescentava, porque o Partido Socialista não vai estar sempre no Governo da República. Aqui também já houve muitos anos em que esteve o Partido Socialista, agora está o PSD, depois haverá eleições, e o povo decidirá. O povo é soberano. E quem vier a seguir há de decidir de acordo com o que eu penso, ou de maneira diferente, provavelmente melhor. E, portanto, encantados da vida. -----

Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar, em primeiro lugar, o Sr. Presidente, e na sua pessoa, a Mesa, os meus colegas do Executivo, os colegas que estão na Oposição, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta e seus respetivos substitutos, funcionários e público em geral. -----

Bom, começando de forma aleatória, Sr. Deputado Diogo Oliveira, o Sr. Vice-Presidente, foi justificado aqui por que é que não esteve presente, mas está dentro dos assuntos; o senhor está presente, e continua fora dos assuntos. Eu acho bem que procure quem é o Presidente da Câmara, provavelmente não me conhece, acho muito bem. Mas, digo-lhe uma coisa: só fez referência aqui a um requerimento que fez, porque o outro é de tal forma ridículo naquilo que fez, que envergonharia qualquer pessoa que passasse ali na rua, e muito mais um deputado municipal. É que o senhor perguntou sobre os ecopontos; aqui não o referiu, mas no mesmo requerimento, ou melhor, na mesma data, com um segundo requerimento, perguntou qual foi a data da colocação dos primeiros ecopontos, quando deveria ter perguntado de quem era a responsabilidade sobre a colocação dos ecopontos. É que isso é uma empresa intermunicipal, ainda por cima na qual o Município de Torre de Moncorvo nem acionista é. Tire os seus apontamentos, que é para ficar com esta informação. A acionista da Resíduos do Nordeste é a Associação de Municípios do Douro Superior, com 22,5%. Portanto, o que o senhor tem que fazer, já que tem tempo, é ir ao motor de busca ver quem é o conselho de administração da Resíduos do Nordeste e fazer essas perguntas sobre os ecopontos de Torre de Moncorvo. -----

Depois, quanto aos caminhos e à limpeza da motoniveladora, eu pensei que o Sr. Presidente da Junta de Mós é que viesse aqui fazer a pergunta, não por intercessão de terceira pessoa, mas ele próprio. Como já foi respondido pelo Sr. Presidente da Junta de Carviçais, quanto a isso, vai-me desculpar, mas nem lhe vou responder, porque acho que já foi respondido. -----

Sra. Deputada Sílvia, quanto à moção, eu não me vou pronunciar, a moção será colocada a votação, e conforme tenho a certeza que o seu espírito democrático acatará a decisão que sair desta votação sobre a moção que foi apresentada. Aí também não me irei alongar muito. -----

Sra. Deputada Altina Pinto, bom, deve ter informações que eu não tenho, não conheço que o

16,  
Cedra  
M.

Município seja arguido em algum processo. Não conheço mesmo. Portanto, se tem essa informação, agradecemos que nos dissesse. -----

Agora, não posso é deixar de passar em branco algumas coisas que disse, e que não direi que são mentiras, mas são inverdades. Desde logo, não ter conhecimento dos processos. Como deputada, tem, quer no Orçamento, quer quando apresentamos as contas, um documento onde vêm tipificados e elencados todos os processos que correm a favor ou contra o Município – todos. Aliás, numa intervenção do Sr. Deputado José Aires, numa altura, disse que não tinha conhecimento, e depois ali, no palanque, informou-os a todos – todos. -----

Portanto, quero dizer-lhe que estão nas vossas mãos documentos onde têm cada um dos processos e o tribunal onde estão a correr. Portanto, não é verdade aquilo que disse. -----

Quanto aos agendamentos solicitados, os agendamentos são da competência da Assembleia Municipal, com os assuntos que a Câmara entrega para a Assembleia Municipal, sendo essa a sua responsabilidade. Os agendamentos têm competência própria, e alguns requerimentos nem são competência, nem da Assembleia Municipal, nem do órgão executivo; muitos deles até são competência própria do Presidente da Câmara. Portanto, o que eu sei é que o Sr. Presidente da Assembleia, sempre que recebe respostas – e isso pode verificar-se, porque eu as despacho, se não é no próprio dia, passado um dia ou dois – são respondidas, aqueles que são passíveis de resposta. Quando se continua a perguntar o que já foi respondido, há na própria Lei da Administração Pública a dizer que não temos obrigatoriedade de responder àquilo que já foi respondido. Mas, mesmo assim, nós tentamos. -----

Portanto, para dizer que não é verdade que não sejam respondidos. Agora, é verdade que, como disse o Sr. Presidente da Assembleia, quem tem que gerir a Mesa da Assembleia, e quem tem que executar e governar é a Câmara Municipal, foi por isso que fomos eleitos e é por isso que temos esta representação bem visível de um lado e do outro. -----

Sr. Deputado João Leonardo, agradeço, tal como ao Sr. Deputado Bernardo Silva. Foi uma grande conquista para o Douro – não foi só para Torre de Moncorvo, foi para o Douro – sermos a Cidade Europeia do Vinho 2023. E na Cidade Europeia do Vinho 2023, nós concorríamos com um forte candidato, também português, que era constituído pelo grupo do Algarve, liderado por Lagoa, também por Espanha, que tinha uma candidatura forte, e Itália. E foi ganha por mérito da CIMDouro, que neste momento se soube unir, e os dezanove apresentaram essa candidatura, de uma forma que vale a pena todos os que estamos aqui nos regozijarmos com isso. -----

Quanto ao IMI, ainda não fizemos as contas, porque só agora é que estamos a receber. Mas, segundo informação que temos, andarà à volta dos 25% por munícipe. Eu depois trarei o número em concreto, que neste momento não o tenho. -----

E entramos aqui num ponto que, quer o Sr. Deputado Luís Lopes, a quem cumprimento pela forma como expôs a situação, ao contrário de alguns, que parece que se regozijam com a

M.  
Redu  
H.P.

situação, nós obviamente também estamos, como o Sr. Deputado, preocupados com as minas – obviamente. Agora, primeiro, ao Presidente da Câmara compete, sempre que possível – e não nos podemos esquecer que já vinha, e foi aqui falado da NTI, que o projeto fosse acarinhado e apoiado pelo Executivo Municipal. Tanto assim é que na assinatura do contrato, pela primeira vez um contrato que tem a ver com um Ministério, que é o Ministério da Economia, quem levou o repórter para fazer em exclusivo a assinatura do contrato foi o então Secretário de Estado da Administração Interna, foi o único. Nunca vi a Economia e as Finanças, com o Secretário de Estado da Administração Interna a assinar, mas foi ele, com todo o mérito que teve – ou demérito, não estamos aqui para avaliar isso – foi ele que levou o Diretor do Mensageiro para poder ser o único órgão de comunicação a estar na outorga do contrato. Estou a falar, porque eu gosto de pôr os nomes nas pessoas, foi, na altura, o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, que é até aqui de Bragança, que apadrinhou, no fundo, este negócio. -----

Se me preocupa? Claro que me preocupa, preocupa-nos a todos, até porque nós temos aqui algo que é nosso, que é um filão que podemos retirar, mas que tem tido alguns percalços. Eu, ontem, estive a falar com o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Aethel, e o que ele me disse é que tem dois contratos – estou a dizer aqui o que ele me disse – dois contratos, e que, em breve, será retomada a atividade nas minas de Torre de Moncorvo. E eu próprio lhe disse que havia aqui a circular rumores de dívidas, e o que ele garantiu é que a empresa iria cumprir os seus compromissos. Portanto, eu não posso ir mais além, porque não faço parte do conselho de administração. -----

Bom, quanto aos restantes, há algumas coisas que eu gostaria de responder. Quando me falam de trabalhadores, era aquilo que estava previsto na EIA, era isso que estava previsto. Se me perguntar se os trabalhadores estão lá, provavelmente sem querer entrar aqui em conflito, até haverá aqui Vereadores que saberão mais do que eu sobre os trabalhadores que estão lá, mas que por sigilo profissional não poderão mencionar, porque muitos, não nos podemos esquecer, serão estágios, e que estavam lá previstos também. E, portanto, sobre isso também não irei colocar mais nenhum acento tónico, sob pena de termos uma resposta que é “não posso responder porque estou obrigado ao dever de sigilo da instituição que presido”. -----

Segundo ponto, sobre os montantes recebidos pelo Município. Os montantes recebidos pelo Município serão comunicados pela DGEG, como já disse. Estávamos à espera que fosse a 31 de março, eu próprio já disse isto na reunião de Câmara, a DGEG respondeu que só a 31 de julho é que responderá, porque irá verificar qual é o montante que poderá vir para o Município. Foi assim que me foi respondido, na minuta que enviei, quando não recebi a 31 de março. -----

Quanto a se já chegou, ou não, o minério à China: Sr. Deputado, como sabe, nos anos oitenta foi desativada aqui a linha de caminho de ferro, mas como V. Exa. ainda está a viver em Coimbra, onde há vários ramais de comboio, não sei se passou por lá e se estava atento. Eu, como não

16  
Edna  
M.

sou, nem revisor, nem estou de bandeirinha a ver se passam, nem sou chefe de estação, tenho de ver se chego lá, ou não, porque eu também não sei. -----

Quanto ao plano de financiamento europeu, o plano de ação está a ser construído agora, da Cidade Europeia do Vinho. Há, obviamente, um financiamento que será mais para ser investido em turismo e divulgação dos nossos produtos. Mas, aqui quero deixar uma ressalva: a CIMDouro fez o trabalho dela, em termos europeus; agora são os produtores privados que têm que estar ao nosso lado, porque vão ser eles os principais beneficiados. E, portanto, é a partir daí que eu espero que haja – estou a falar pelo nosso concelho, mas também pelos outros – uma forte participação dos nossos vitivincultores para aproveitar esta ocasião que vai ser única durante 2023, quer em termos de ação de promoção dentro de Portugal, quer no estrangeiro. -----

E só para rematar, não estive em Bruxelas, não foi por isso que coloquei à votação para ir a qualquer viagem, como aqui foi dito. Não fui, fiquei aqui em Torre de Moncorvo, porque tinha outros assuntos para tratar. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Então, íamos votar a moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre a transmissão vídeo e áudio das reuniões da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo em plataforma digital. Como diz a própria moção, tem uma alteração ao Regimento, logicamente, e já vem desde dezembro de 2021. -----

Vamos, então, votar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 20 votos contra e 8 votos a favor (*dos deputados José Aires, Altina Pinto, Fausto Tiago, Diogo Oliveira, Sílvia Santos, Luís Miguel Lopes, António Júlio Andrade e Luiz Marcelino Lopes*) **rejeitar a Moção relativa à transmissão vídeo e áudio das reuniões da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo.** -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos, então, ao Período da ordem do dia. -----

## ----- **2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

---

### **PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.**

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Altina Pinto** (PS), **José Aires** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Diogo Oliveira** (PS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS), **Luís Miguel Lopes**(PS), **Sílvia Santos** (PS) e **Bernardo Silva** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** O primeiro ponto, de acordo com a Lei, o Ponto n.º 1, é a Apreciação da atividade municipal e informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, nos termos da Lei n.º 75/2013, que é o Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----  
la abrir as inscrições para os Srs. Deputados. Peço desculpa, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para introduzir o ponto. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Nesta Assembleia Municipal, gostaria de destacar, entre as muitas situações que trouxemos aqui, a entrega de bens a vinte e cinco famílias com crianças no concelho, no dia 9 de junho, e que não tem a ver com o apoio à natalidade, é um conceito diferente e é um apoio social diferente.-----

Também em termos de turismo, as visitas turísticas a Torre de Moncorvo, duas vezes por ano, com um operador que navega no Rio Douro e que fez um protocolo com a Câmara Municipal.---  
A assinatura dos contratos de comparticipação de apoio financeiro no âmbito do “Primeiro Direito”. -----

Também um grande problema que nós vamos ter, e que quem esteve atento ao novo Decreto-lei viu que a partir de 2023 e 2024 vamos ter que pagar os biorresíduos, e os biorresíduos vão ser debitados na fatura da água. A Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, se bem se lembram, noutra situação, tinha proposto a não aplicação do aumento, em termos do peso por tonelada, nos resíduos, e não me posso esquecer que já está a ser cobrada, que de 11€ passou para 22€, e a proposta é, até 2024, passar para 36€ e 44€. Isto vai ter um acréscimo terrível sobre todos os consumidores, e com um grave problema: é que, se bem se recordam, na altura, todos os Srs. Deputados foram unânimes, e o Executivo também, e a CIMDouro também, e a maior parte das CIM's, tanto que levámos à suspensão desse Decreto-lei até dezembro, mas o Governo continuou, e entende que tem que ser pago dessa forma. -----

Então, estamos agora com os resíduos a 22€ a tonelada, vamos passar para 36€ e 42€, se não houver alterações. -----

Mas, acresce a isto outro problema, que não tem a ver com os resíduos, que já está a ser feito, mas sim com os biorresíduos. E os biorresíduos, vai ser obrigatoriamente, por número de consumidor e de contribuinte, afetado à fatura também da água, para cada um dos consumidores. E isto vai crescer exponencialmente. Ontem, na reunião da CIMDouro, tivemos essa questão. Para vos dizer, a abertura da linha de crédito ficou para a CIMDouro em cerca de

116  
Edição  
P. 1.

518.000€, não dá para nada, porque só Moncorvo tem uma candidatura, para a qual a UTAD fez um estudo, e é o nosso parceiro, e que estamos a apresentar ao Fundo Ambiental, de cerca de 500.000€. Nós vamos reduzir para 250.000€, mas nos 518.000€ da CIMDouro, o que ficou previsto foi que Vila Real já está com uma parte – Vila Real, para terem uma ideia, estamos a falar de uma cidade com dimensão e com pessoas, teve que reduzir substancialmente a candidatura por não conseguir suportar os custos, que depois vai ter que imputar aos munícipes. Bom, aqui a situação passa-se da seguinte forma: Moncorvo tem uma candidatura que tem a ver com compostores de matéria orgânica. Quanto mais compostores tivermos, e menos colocarmos no lixo normal, digamos assim, menos essa taxa será para os munícipes. E é nisso que nós estamos a trabalhar, e por isso, para além dos pequenos compostores que fizemos na zona histórica, vamos agora entregar mais dez compostores, em princípio. Vamos paulatinamente ver se as pessoas se adaptam a isto. Não é agradável, todos sabemos que não é agradável ter um compostor à porta de casa, ou dentro de casa, com pequenas quantidades, para depois ir para um compostor grande. Mas, o problema é que o tratamento que está previsto para os biorresíduos será gratuito o tratamento, mas não o transporte. Sendo assim, tudo o que for matéria orgânica e que nós consigamos tirar dos resíduos normais, menos afetará os munícipes. -----

Nós estamos com isso, e aqui também queria deixar uma palavra de agradecimento ao Sr. Vereador Hélder Ferreira, que numa reunião em que estivemos presentes, juntamente com a Associação de Municípios do Douro Superior, e com representantes de diversas marcas que já estão a tratar disto, estamos a ver se conseguimos um estudo mais alargado. Este estudo só terá algum sucesso se todos cumprirem as normas da ERSAR. E isto por quê? A ERSAR, até agora, dava pareceres que não eram vinculativos, eram pareceres que diziam “este pode ir à candidatura, este não pode”. Moncorvo já teve uma candidatura com Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Coa e Mogadouro, e que não foi aprovada porque o único Município que cumpria os parâmetros da ERSAR era Torre de Moncorvo, e por isso não pôde ser. Agora, vamos ter que fazer sobre a CIM. Ora, grande parte, uns cumprem, outros não cumprem. Ontem, o Presidente de Vila Real estava a dizer que o grande problema para ele era que nas próprias freguesias – porque ele tem outra forma – algumas não cumpriam. Isto é um problema. ----- Mas, o grave do problema é que só em 2025 – atenção, estamos a falar de propostas do Ministério do Ambiente – é que os resíduos serão separados da água. E nós aí vamos começar a perceber que onde estamos a pagar mais, porque é mais caro, vai ser nos resíduos. ----- Mas, nós temos que ter esta política definida de uma vez por todas, que é a da compostagem. E então, na política dos biorresíduos há a hipótese da compostagem, ou ilhas de compostagem. Só dessa forma é que conseguiremos diminuir o montante que será obviamente pago por cada um dos munícipes. Mas, como eu estou a dizer, até 2025, pelo menos, será repercutido no valor

da fatura da água, e nós não teremos capacidade de dizer o que é que é de cada uma das coisas.-----

Portanto, esta distribuição dos dez compostores domésticos é de uma forma que vamos fazer paulatinamente, para ver como é que é a reação das pessoas, mas já estou a dizer que vai ter que ser para o concelho todo, porque senão a fatura vai ser enorme, e os custos vão ser enormes para as pessoas. -----

Obviamente também tinha que destacar a realização do Festival do Solstício, e o apoio na realização do evento Tasting Douro, que decorreu em Torre de Moncorvo, promovido pelo Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto. No fundo, o que se trata é uma ajuda na promoção dos vinhos, mais direcionada à restauração, para cada um saber o que servir em cada um dos pratos. Como eles vieram defender, não é preciso um vinho caro para ser acompanhado por um bom prato; temos de saber é o que deve fazer acompanhar esse prato à mesa. -----

Também a promoção da plataforma digital do arquivo, da biblioteca e do centro de memória.---- Neste momento, Torre de Moncorvo será provavelmente dos poucos – não quero dizer o único do distrito, mas dos poucos – onde temos uma coisa única, que são os catálogos digitais disponíveis, desde o centro de memória até à biblioteca. -----

Também dar-vos conta do seguinte: foram renovados os cartões do programa ABEM, de medicamentos gratuitos, estamos na ordem dos cerca de duzentos cartões. Já foram prestados apoios financeiros a vinte e sete famílias no programa de apoio à natalidade, aqui aprovado, no valor de 10.364€. Foram também já prestados apoios financeiros no programa de apoio habitacional a extratos sociais desfavorecidos, no montante de 44.253€, e pagos, e foram também desta forma cumpridos aquilo a que nós nos tínhamos comprometido aqui. -----

Mas, também esta é uma Assembleia Municipal, para aqueles que me acusam de olhar muito para os números, porque pela primeira vez descemos a metade do montante do saneamento financeiro. E isto é importante, não é para mim, mas é importante para o Município todo. Como se recordam, o saneamento financeiro, foram pedidos quase 10.000.000€, e neste momento, temos uma dívida de 4.627.000€, o que quer dizer que reduzimos para menos de metade.-----

E, portanto, neste momento, a situação financeira do Município é, de dívida a terceiros, de 511.000€, e de dívida de terceiros para connosco, nomeadamente de programas e participações europeias, 4.332.000€. -----

Obviamente, não é uma situação ainda favorável, mas é uma situação que já permite algumas soluções em termos financeiros. Mas, o que eu gostaria de destacar mesmo é termos ultrapassado esta barreira psicológica de metade do saneamento financeiros, e podermos também, junto da DGAL, enviar estes dados, que estamos a cumprir escrupulosamente o que foi delineado em 2009, e pedido em 2012. -----

Portanto, eram estas as situações que vos queria dizer sobre a informação escrita. -----

14.

Cordeiro

Mas, permitam-me também dizer-vos duas coisas, uma que já falei, que é a Cidade Europeia do Vinho 2023, que estamos todos de parabéns. Mas, também estamos todos de parabéns porque pela primeira vez, na Europa, o Presidente do Comité das Regiões é um português. E isso apraz-me bastante, apraz-me que o Grupo do Partido Popular Europeu tenha cumprido a palavra, que havia um acordo que a primeira fase do mandato era do Grupo Parlamentar do Partido Popular Europeu, onde está o PPD/PSD, e a segunda parte do mandato seria de um membro do Partido Socialista Europeu. E foi importante terem mantido a palavra, apesar de o hemiciclo não ter as mesmas pessoas que fizeram esse acordo. E é com grande orgulho que temos um português, o Dr. Vasco Cordeiro, a presidir ao Comité das Regiões. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Vasco Cordeiro, nosso ex-colega. Iria abrir as inscrições para o Ponto n.º 1. Sra. Deputada Altina Pinto, faça favor. -----

-----**A Deputada Altina Pinto:** Bom dia a todos, mais uma vez. -----

Como eu pedi por requerimento, queria usar os meios audiovisuais. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Pois, Sra. Deputada, eu hoje vou abrir uma exceção, mas será a última vez. É um facto que a Sra. Deputada pediu, não disse se era no período de antes da ordem do dia ou no período da ordem do dia. E diz a Lei – não é o Regimento – que a ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão / reunião, enviando nesse momento a respetiva documentação. Ou seja, quando se pediu a documentação, não é por curiosidade de saber a documentação; é para que todos os membros da Assembleia, na ordem do dia – repito, na ordem do dia – tenham acesso à informação. -----

Depois, a senhora respondeu que queria utilizar a comunicação, e o Sr. Deputado José Aires nem respondeu, excepcionalmente hoje eu vou admitir isso. Podem-me censurar, de ditador, etc. Portanto, é mais uma, tudo bem. Mas, nas próximas reuniões, se for no período da ordem do dia – repito, se for no período da ordem do dia – ou avisam com dois dias de antecedência, ou então não deixarei utilizar esses instrumentos. -----

Chamava os serviços técnicos, então. -----

-----**A Deputada Altina Pinto:** Uma vez mais, bom dia a todos. -----

Esta exposição era para ter sido feita no dia 18 de fevereiro, o Sr. Presidente da Assembleia ia deixar que a apresentação fosse efetuada, mas por indicação do Sr. Presidente da Câmara, segundo o Regimento, eu deveria ter pedido autorização com quarenta e oito horas de

14.  
Edo  
107.

antecedência. Como educada que sou, preferi não fazer qualquer exposição. Consultei o Regimento, e em local nenhum diz que temos de pedir autorização com quarenta e oito horas de antecedência. -----

Nesse dia, fiquei com dúvidas. Quem preside os trabalhos da Assembleia Municipal? O Presidente da Assembleia ou o Presidente da Câmara? Desculpe, Sr. Presidente da Câmara, no dia 18 de fevereiro de 2022, na minha opinião, passou um atestado de incompetência ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em frente a todos os deputados e Presidentes de Junta. -- E por fim, para poder fazer a minha apresentação, fiz o pedido, com as quarenta e oito horas de antecedência. Depois disso, pedem-me para que lhes envie os ficheiros que pretendo utilizar, para saber se eram compatíveis com o equipamento informático. Estamos em democracia? Ou temos que passar pela censura? Isso acabou com o 25 de abril de 1974. -----

Esta minha intervenção foi feita para o dia 18 de fevereiro, porque Moncorvo se depara muitas vezes com alguns curto-circuitos, tal como aconteceu no dia anterior à Assembleia Municipal, de 17 de fevereiro, à noite, e depois fica a vila completamente sem luz, por várias horas, lamentavelmente. -----

O prazo das obras da zona histórica, a conclusão tinha trezentos dias. Pergunto: as obras já terminaram? O concurso foi anunciado no Diário da República no dia 18 de fevereiro de 2019, com anúncio de procedimento n.º 234/2020. O auto de consignação para as obras começarem foi assinado a 28 de maio de 2019. Esta fotografia estava exposta, até este ano de 2022. -----

As obras eram para não haver fios elétricos estendidos pelo ar, mas sob o solo? Por que vemos candeeiros novos e antigos ao mesmo tempo, e fios pelo ar? Uma casa restaurada, vejam a estética da casa na zona histórica... E estas ligações? Os paralelos, que estiveram meses para ser colocados no sítio, atualmente já estão. Junto à casa amarela, dois postes, um ao lado do outro, um inclinado sobre o atual de ferro e respetivos fios, caixas de gás não embutidas na parede. Aqui, os fios, para que servem? O poste de betão encontra-se envolvido de arame. Por quê? -----

Outra caixa, com quatro tubos, por concluir, presumo. Deram início ao trabalho do poço. O poço em reabilitação, por curiosidade, quando a casa estiver concluída, estou curiosa sobre como vão fazer a leitura da luz e da água. -----

Continuamos com ambos os postes e as respetivas lâmpadas e fios pelo ar. Para ser colocada esta caixa naquele local foi pedida autorização aos proprietários? Qual o critério de colocarem postes ou candeeiros fixos nas casas dos proprietários? Esta obra está uma vergonha. Como podem ver, o poste antigo foi adquirido maior, relativamente aos outros, por ser colocado numa quota inferior à rua principal. E o atual, foi colocado sobre uma sapata de cimento, para poder estar ao nível dos outros. Fica bem, Sr. Presidente? Isto que vejo faz-me vergonha alheia...-----

14

Edna  
M.

Esta semana deparamo-nos com obras neste local, ainda não acabaram. As obras eram para terminar em apenas trezentos dias. -----

As ligações para as casas estiveram, até 2022, neste estado. Pergunto porquê? Estão colocadas duas bocas de incêndio de maneira diferente? Alguém acompanhou estas obras? -----

Mas, ainda há mais, e bem diferentes. Conclusão das ligações por fazer... temos um sinal de apresentação de estrada com prioridade colocado na Rua Adriano Leandro. Por que na Rua Mário Luís de Sousa não existe este sinal? Chegamos ao final da rua e temos sinal colocado corretamente. Por que colocaram nas tampas de saneamento a indicação CMTM soldada, se as anteriores tinham gravadas logo na tampa, sem serem soldadas a *posteriori*? -----

Este passeio precisa de intervenção, as raízes da árvore fizeram com que o passeio deixasse de ser plano. Crianças e pessoas com mobilidade reduzida podem, a qualquer momento, sofrer um acidente. -----

A estrada da rotunda da Casa Agrícola (União Agrícola) até às Azeiteiras encontra-se em mau estado de conservação, precisa de intervenção urgente! Como podem ver, é só buracos. -----

Esta imagem não é na zona histórica, é na Corredoura, ao lado da clínica. Pergunto o que é isto, que tipo de segurança isto nos dá? É uma zona muito frequentada por jovens estudantes. A ligação segue até ao poste, e segue um fio, pareceu-me que vai até ao pavilhão da Corredoura? Para que serve isto? -----

Um exemplo de como a zona histórica deveria estar, sem fios pelo ar. -----

Relativamente à água que usam na rega, com grande desperdício, serve para regar o passeio, para nascerem ervas, para mais tarde ser aplicado herbicida. -----

Na Assembleia de 18 de fevereiro, perguntei ao Sr. Presidente o número de contadores de rega, e respetiva localização, e quanto pagam à ADIN com a água da rega dos jardins? E também questionei sobre a água nascente / fuga que se encontra na estrada, junto ao cruzamento do Larinho. O Sr. Presidente não respondeu à pergunta que lhe coloquei. Começou a divagar, falou em águas em alta e águas em baixa. Sr. Presidente, antes de o senhor ser Presidente da Câmara, eu já estava farta de saber o que são águas em alta e águas em baixa. Com isto quero dizer-lhe: responda ao que lhe perguntam. E se não sabe, não responde, vai informar-se, e responde depois. O Sr. Presidente perceberá mais de vinhos do que eu, mas não venha com lições sobre água. -----

Este quiosque, qual vai ser a sua utilização? A parte verde do parque é erva, não é relva, nem grama. Fala na reabilitação urbana do acesso ao Parque Verde... no meu entender, castanho.--

A água que é desperdiçada nas regas de alguns jardins faz muita falta neste parque castanho.-

O Município promove conferências, abre inscrições para mercados, realiza concertos, celebra o Dia da Criança, assinala o Dia da Mãe, assinala o Dia dos Bombeiros, etc. Promovem tudo nas

redes sociais, e as obras, é o que vemos. É caso para usar o refrão de uma música, com a seguinte alteração: *“Eles querem fazer tudo e não fazem nada”*. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, queira concluir, já ultrapassou largamente o tempo.-

-----**A Deputada Altina Pinto:** Ou *“eles fazem tudo e não fazem nada”*. -----  
Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado José Aires, pode intervir.-

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de iniciar a minha intervenção, esclarecer só, porque fui visado na sua declaração, e com razão. Efetivamente, eu pedi para utilizar os meios audiovisuais, o senhor respondeu-me via e-mail, da mesma forma que eu tinha solicitado, e não tive tempo de responder, peço desculpa por isso. Mas, respondo-lhe já: a apresentação que eu queria fazer, e utilização dos meios audiovisuais, para que fique registado, diz respeito a uma das intervenções cujo requerimento efetuei para pedido de agendamento nesta Assembleia. Uma vez que não foi agendado, também não irei fazer, e era para o informar a si e aos serviços. -----

Relativamente à intervenção, no relatório apresentado pelo Sr. Presidente sobre a atividade municipal, nem uma palavra sobre o Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo. Como faço parte do órgão municipal, indicado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, na reunião de 10 de dezembro de 2021, e tendo participado na reunião de 8 de junho, não posso deixar de dar conhecimento a esta Assembleia Municipal do funcionamento do Conselho Municipal de Juventude. -----

Neste mandato, os deputados João Leonardo e José Meneses não têm assento no Conselho Municipal de Juventude, e no caso do Sr. Presidente, embora com competência própria, delegou funções no Sr. Vice-Presidente. -----

É que nas vésperas da primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude, tanto o Sr. Presidente da Câmara, como o seu Chefe de Gabinete, andaram pelo Dubai a promover o concelho e os seus produtos endógenos, a expensas do erário público. Sabendo nós o grande apreço que o Executivo Municipal tem pela época medieval, podíamos ser levados a pensar que aproveitariam este dia por terras das mil e uma noites para assistir a um mítico espetáculo de folclore milenar dos beduínos do deserto, que a maioria de nós só ousa sonhar. Mas, não, nada de odaliscas e danças do ventre, num oásis sob um céu estrelado. Ficamos com a certeza que os seus pensamentos estiveram sempre connosco. -----

Na reunião da Assembleia Municipal de 18 de fevereiro, ainda não tinham passado quarenta e

16.

Redo  
M.

oito horas antes da primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude, já sabiam tudo o que lá se tinha passado. Talvez devido aos calores do deserto e ao jet-lag, atiraram-se como gatos a bofe e passaram ao insulto e injúria, na tentativa de humilhação da minha pessoa. O Sr. Deputado João Leonardo, através das suas declarações, disse tudo. Afinal, no mandato anterior, não se realizaram reuniões do Conselho Municipal de Juventude por falta de quórum. Mas, a versão do Sr. Vice-Presidente é outra: não podiam fornecer as atas ao deputado Diogo Oliveira devido ao apagão que ocorreu em 2019 nos servidores do Município, não conseguiram recuperar a documentação. Em que ficamos? Quem está a falar a verdade? -----

E mais, o deputado João Leonardo afirmou que teve conhecimento da instalação do Conselho Municipal de Juventude, uma inverdade, porque até ao momento não foi dada posse, nem se conhecem quais os membros que fazem parte do dito Conselho Municipal de Juventude. Mas, o Sr. Deputado talvez nos possa esclarecer, uma vez que está próximo das fontes, e por essa razão estará mais informado. -----

E a si, Sr. Deputado João Leonardo, que realçou o facto de os deputados do PS, José Aires e Diogo Oliveira, terem faltado à primeira reunião, tenho a dizer o seguinte: o senhor, que está tão informado sobre o Conselho Municipal de Juventude, andou ilegal na CIMDouro durante o mandato passado e o início deste, e certamente a receber as senhas de presença e ajudas de custo. E veio dar conhecimento a esta Assembleia Municipal e congratular-se pela eleição do Presidente da Assembleia Municipal de Moncorvo, Sr. Luís Miranda Rei, como Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMDouro, desejando que desempenhe as funções com os princípios e competências demonstradas, tanto nesta Assembleia, como na sua vida profissional. Na reunião da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2017, não foi por falta de alerta, por parte dos deputados do PS, que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, rei de nome e absoluto de cognome, ignorou e fez orelhas moucas, e afirmou que não é o “quero, posso e mando”, e permitiu a eleição ilegal dos representantes na CIMDouro, e repetiu a façanha na reunião de 10 de dezembro de 2021. Foram eleitos ilegalmente os representantes do PPD/PSD, contrariando a Lei. Afinal, deu o dito por não dito, confirmando-se que é o “posso, quero e mando”, e lá teve que repetir a eleição na passada reunião de 29 de abril, sendo eleito ele próprio e a deputada Altina Pinto, nos termos da Lei em vigor. Pergunto eu: poderemos afirmar que o Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMDouro se encontra em situação ilegal? As deliberações tomadas na Assembleia Intermunicipal do Douro, realizada no dia 11 de fevereiro de 2022, serão nulas e de nenhum efeito? Quanto à competência, estamos falados. -----

Mas, não nos podemos admirar do estado a que isto chegou. O Sr. Presidente da Câmara, nas suas declarações, manifestou incómodo pela invocação da Lei por parte dos representantes do PS no Conselho Municipal de Juventude, e bateu e rebateu a minha proposta de alteração da data da reunião de 16 para o dia 18 de fevereiro, após a Assembleia Municipal, sublinhando

M.  
Recho  
S

como motivo principal o facto de os representantes do PS no Conselho Municipal de Juventude não terem direito a senha de presença. No âmbito da Lei, propus a alteração da reunião para o dia da reunião da Assembleia Municipal, referindo o facto de, tal como eu, e tanto quanto sei, pelo menos um membro reside fora do concelho, e sexta-feira seria mais compatível com as atividades académicas e profissionais de cada um, e acrescentei que podia ser aliado o útil ao agradável e aproveitar o fim de semana para visitar a família. Sr. Presidente, são suas as palavras: *“Só faltou dizer uma coisa: marquem só para as Assembleias Municipais, que nós ganhamos, e como o Conselho Municipal de Juventude não se ganha, marquem lá para isto. Só vos faltou dizer isto.”* Fim de citação. -----

Na parte que me toca, quando venho a Torre de Moncorvo, normalmente trago encomendas de amigos para comprar e levar alguns produtos endógenos. Pois é, Sr. Presidente, em vez de vir ganhá-lo, venho gastá-lo no comércio local, ao contrário de si, Sr. Presidente, e do Vice-Presidente, que aproveitam as viagens oficiais para levar as esposas em escapadinhas românticas. E o deputado José Meneses, que não está presente, também veio à liça, afirmando que o argumento apresentado por mim e pelo deputado Diogo Oliveira não é plausível, e quer acreditar que as faltas são justificadas pela presença no Conselho Municipal de Juventude. Para quem fez parte do Conselho Municipal de Juventude durante o mandato anterior, está muito esquecido. Ao Sr. Deputado José Meneses só se conhece a sua presença numa reunião que se realizou em Gournay-Sur-Marne, juntamente com o Sr. Vice-Presidente; o Conselho Municipal de Juventude serviu para irem dar ares ao estrangeiro. -----

Eu, que sou membro efetivo do CMJ, só ao fim de cento e oito dias fiquei a saber do que se passou na primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude, ao ler a ata enviada com a convocatória para a segunda reunião. De acordo com a ata da reunião realizada no dia 16 de fevereiro de 2022, podemos afirmar que não houve quórum. Os elementos com direito a voto que se conhecem até ao momento são seis: três das juventudes partidárias, afetas aos Partidos PPD/PSD, CDS-PP e PS, um da Associação de Estudantes do Ensino Básico e Secundário, um da AJUM, um da União Desportiva do Felgar. O representante dos escuteiros é observador, sem direito a voto, nos termos do regulamento em vigor, aprovado pela Assembleia Municipal e publicado na página eletrónica do Município. Seis a dividir por dois é igual a três. Para haver quórum, deveriam estar presentes quatro elementos com direito a voto, ou a participar através de meios telemáticos – ou seja, devia existir uma maioria legal dos seus membros com direito a voto, nos termos do n.º 1 do art.º 29.º do Código do Procedimento Administrativo. Pelo que se pôde constatar na ata, compareceram três elementos com direito a voto – a AJUM, a União Desportiva de Felgar e o representante da JSD – número insuficiente para garantir o quórum necessário para a realização da reunião. Podemos concluir que foi uma reunião ilegal, presidida pelo Sr. Vice-Presidente? -----

14  
Cedus  
M

O Presidente da Câmara delegou os poderes que lhe são conferidos por Lei no Sr. Vice-Presidente, que revelou incompetência na condução dos trabalhos, manifestando profundo desconhecimento dos diplomas legais e regulamentares que regem o exercício dos Conselhos Municipais de Juventude. -----

A segunda reunião foi realizada numa quarta-feira, no passado dia 8 de junho, com início às catorze e trinta. O membro da Juventude Centrista, o mesmo indicado pela Assembleia Municipal para fazer parte do Conselho Municipal de Juventude pelo CDS, foi representar a juventude partidária. Nos termos do estatuto da organização partidária, só podem fazer parte com idade até aos trinta anos. O Sr. Luís Alves tem trinta e três aninhos feitos, dentro de quinze dias fará trinta e quatro, aqui presente, pode confirmar, já está fora do prazo de validade, apareceu disfarçado de jovem. Quando dá jeito, o representante da Assembleia Municipal, como se constata, está pronto para todas as circunstâncias. É a essência de um verdadeiro artista, sempre pronto a atuar, ou como diz o bom povo, "é pau para toda a colher". -----

Mas, o caso é grave, muito grave. Utilizaram todos os estratagemas e dão uma péssima imagem aos jovens. Sabíamos que o CDS deixou de ser o Partido do táxi e desapareceu de circulação na Assembleia da República, mas em Moncorvo, parece que só tem um membro. Aqui, o CDS passou a ser o Partido da bicicleta, e por este andar, passará a ser o Partido do andarilho. -----

E todos manifestaram a sua preocupação pelo aluno da Associação de Estudantes, que a reunião deveria ser na quarta, à tarde, para salvaguardar a tarde livre do estudante, o Sr. Presidente disse-o, e afinal o aluno não compareceu à segunda reunião, porque anda em aulas de preparação e recuperação. -----

Mas, o Sr. Presidente da Câmara, que também é Presidente do Conselho Municipal de Educação, sendo substituído pelo Vice-Presidente nas faltas e impedimentos, não consultou previamente o aluno para saber se tinha disponibilidade e se a hora marcada era compatível com as suas atividades académicas? Está bem de ver que não, não consultou o aluno nem nenhum dos outros membros, como lhe competia. Continua a marcar as reuniões arbitrariamente, sem ter em consideração o disposto no art.º 18.º, Ponto n.º 6 da Lei n.º 6/2012, e o Ponto n.º 4 do Regulamento Municipal de Juventude: as reuniões dos Conselhos Municipais de Juventude devem ser convocadas em horário compatível com as atividades académicas e profissionais dos seus membros. E mais, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, art.º 23.º, n.º 1, cabe ao Presidente indicar os meios telemáticos disponibilizados para a participação dos membros, o que continua a não acontecer. -----

A ligeireza com que o Sr. Presidente da Câmara trata este órgão municipal não dignifica as funções para as quais foi eleito. Mais uma vez, somos confrontados com a incompetência do Presidente da Câmara Municipal e o desrespeito pela Lei e pelos membros do Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo. -----

14.  
Pedro  
M.

Termino, dizendo: mais do que boas intenções, a política é feita de atos, atos esses que estão obrigados ao respeito das normas e Leis vigentes, mesmo quando não se concorda com elas. Contra factos não há argumentos. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, muito bem, Sr. Deputado José Aires. Eu penso que no caso da eleição da CIMDouro, o Sr. Deputado já fazia parte do mandato anterior, ou seja, também votou. Não fazia parte do mandato anterior, o Sr. Deputado José Aires? Muito bem, peço desculpa. Pode não ter votado, mas também fez parte do mandato anterior. Ou seja, isto foi uma informação veiculada pelos serviços, nós apenas votámos. Não pense que não temos acesso à Legislação completa, e penso que quando o Sr. Presidente da Mesa verificou, depois de a deputada Sílvia Santos comunicar o erro que tinha sido efetuado, foi reposta a verdade. ----- Nesse sentido, eu também penso que o Grupo Parlamentar do PS também não agiu de acordo com as normas, porque na primeira votação colocou uma lista à votação, e na segunda mudou, não sei por quê. Gostava também que explicassem, não percebo. -----

Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, no mandato anterior eu não fiz parte, e a informação relativa às reuniões está disponível na comunidade, é uma informação que passa por aí. Por isso, não acho que haja sigilo de quem são os participantes, ou não. -----

Da atividade municipal, o Grupo Parlamentar do PSD destaca a continuação do apoio às rotas, conjuntamente com as freguesias do nosso concelho, a abertura das Piscinas Municipais, no dia 21 de junho, a realização do Torneio "Terra do Ferro", nos dias 25 e 26 de junho, onde participaram cerca de duzentas crianças, com um público a rondar os cerca de quinhentos espetadores. -----

Ainda a realização do Festival do Solstício, um dos pilares das festividades do nosso concelho, com atividades destinadas aos mais novos, privilegiando a utilização e demonstração de métodos ecológicos e sustentáveis. -----

Ainda a promoção e a continuação do cartão do Programa ABEM. -----

Destacamos também o apoio financeiro no âmbito do programa de apoio à natalidade, em que foram apoiadas cerca de vinte e sete famílias. Nesse sentido, agradecia que o Município divulgasse mais este apoio no site do próprio Município e através da divulgação junto das Juntas de Freguesia, porque há de certeza pessoas que não terão meios informáticos, e as Juntas de Freguesia também poderiam divulgar este apoio. -----

Mais famílias a comprar no comércio local, beneficiam os comerciantes, mas também dinamizam

16  
Pedro  
M.

o concelho. As famílias podem beneficiar de até 1.000€ por ano, até aos três anos de idade. Penso que é um apoio que deve continuar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Como deve ser do conhecimento desta Assembleia Municipal, no dia 8 de junho de 2022 decorreu a 2.ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Juventude. A auscultação da juventude é fundamental para uma maior eficácia das políticas para a juventude. No entanto, é importante referir que esta auscultação deve ser feita com respeito pelos mesmos, e não apenas como um mero e hipotético cumprimento de calendário. -----

Sr. Presidente, uma pergunta: se ao Sr. Presidente lhe enviassem a prestação de contas com cerca de vinte e quatro horas de antecedência, tendo em conta a imensidão de informação que se encontra na mesma, o enorme número de conteúdos, de vários e diferentes assuntos, ser-lhe-ia possível estudar essa mesma informação e emitir um parecer construtivo sobre essa mesma? -----

Vou ser honesto consigo: na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente ficou indignado por eu ter colocado questões pertinentes sobre auditoria financeira, quando tenho formação em auditoria financeira, e exerci funções como auditor financeiro durante vários anos, designadamente na maior empresa de auditoria do mundo, PwC, e tendo a ousadia de questionar o meu ceticismo político e profissional. Como vê, o meu passado profissional impede-me de me armar em estrela, como referiu na última Assembleia Municipal, uma vez que as minhas questões decorrem do meu know how. Mas, pergunto-lhe: Sr. Presidente, é estrela suficiente para estudar ou trabalhar e conseguir analisar a informação em questão em cerca de vinte e quatro horas?--- Não obstante, Sr. Presidente, é caso para perguntar: quando é que foi dada posse aos membros para o presente mandato 2021-25? O Sr. Presidente referiu na penúltima Assembleia Municipal que na ata da 1.ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Juventude estaria mencionada a minha falta e do Sr. Deputado José Aires. Agora questiono-o: Sr. Presidente, onde consta na ata a não tomada de posse dos membros? É caso para assumir que se desconhece quem constitui o Conselho Municipal de Juventude. -----

Sr. Presidente, trago este assunto inúmeras vezes a esta Assembleia Municipal, e o Sr. Presidente invariavelmente, ou não responde a nenhuma das questões, ora forja assuntos com ataques pessoais e sem fundamento. Por isso, é caso para perguntar: lembra-se que na 2.ª Reunião Ordinária da Assembleia Municipal me perguntou se eu precisava de tempo para tirar notas da sua intervenção, como hoje fez o mesmo. Com o devido respeito, talvez seja o Sr.

*h*  
*Pecho*  
*M*

Presidente que não só precise desse tempo, como também precise de uma caneta para escrever. Ou vai ser necessário voltar aqui, nas próximas Assembleias, e colocar-lhe novamente estas questões? O Orçamento aprovado não prevê a compra de uma caneta e de uma folha de papel para o Sr. Presidente apontar as perguntas dos Srs. Deputados? Ou pretende que eu lhe empreste algumas ferramentas de escrita? -----

De acordo com o art.º 23.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, cabe ao Presidente a indicação dos meios telemáticos disponibilizados para participação dos membros. Sr. Presidente, o senhor tem a noção de que isto não aconteceu, e numa mera miragem se vive esta situação? De referir que na última reunião ordinária do Conselho Municipal de Juventude, o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Deputado Bernardo Silva desdenharam – repito, desdenharam – do facto de eu e o Sr. Deputado José Aires referirmos a Legislação para demonstrar as constantes ilegalidades que foram praticadas. Se não se tivesse um conhecimento da Legislação, como se poderia ter conhecimento destas realidades? -----

Sr. Vice-Presidente e Sr. Deputado Bernardo Silva, vocês têm aprendido bem com o Sr. Deputado José Meneses a terem palco, como gosta de fazer. Mas, não é só ter palco; é preciso estudar e perceber a importância da Legislação para o funcionamento de uma democracia participativa – democracia participativa essa que os Srs. Deputados não praticam. Mas, a Juventude Socialista e o Partido Socialista nunca deixarão de a defender. -----

Por último, relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, e voltando a repetir a mesma questão – e espero que seja a última vez que a repita aqui nesta Assembleia Municipal, vamos ver se desta vez o Sr. Presidente já dispõe de uma caneta e de um papel para apontar – Sr. Presidente, verifiquei através da convocatória para a 2.ª Reunião do Conselho Municipal de Juventude que as atas são enviadas por e-mail. Visto que foram solicitadas pela Juventude Socialista e pelo Partido Socialista, Sr. Vice-Presidente, já lhe ocorreu pesquisar, conforme também questionei ao Sr. Vice-Presidente no Conselho Municipal de Juventude, nos e-mails enviados para os antigos membros do Conselho Municipal de Juventude as atas enviadas das anteriores reuniões, de forma a dar resposta aos pedidos que vos fiz, enquanto deputado municipal e Presidente da Juventude Socialista de Torre de Moncorvo? Ou, de facto, o Sr. Presidente nunca reuniu o Conselho Municipal de Juventude, tem vindo a incumprir com a Lei, e não é capaz de assumir que tem vindo a falhar, ao longo de quase uma década, com os jovens do nosso concelho? Uns dizem que não houve por falta de quórum, outros, que não houve por um apagão. Então, quem é que tem razão, o Sr. Deputado ou o Sr. Presidente? -----

Sr. Presidente, mudando agora de tema, da análise da documentação enviada verifiquei que, no ponto relativamente às obras em execução, constava a requalificação do antigo matadouro. É de referir que no dia 12 de março de 2020, o Sr. Presidente da Câmara e o representante legal da empresa Biosfera – Construções, Unipessoal, Lda., António José Baraças, reuniram de forma

Luís  
Pedro  
401.

a celebrar o contrato que tem por objeto a reabilitação e refuncionalização do antigo matadouro e carpintaria municipal e acessos. A execução dos trabalhos teria o valor de 225.376,30€, ao qual acresce o valor do IVA. Não sei se o Sr. Presidente teve o cuidado de ler tal contrato antes de o celebrar, é que a cláusula terceira do mesmo refere que a empreitada tem o prazo de trezentos dias de calendário para a sua conclusão, com início no dia da assinatura do auto de consignação dos trabalhos. Sr. Presidente, estamos a meio de 2022, todos os aqui presentes sabem que o rigor, o compromisso e a responsabilidade não são adjetivos que o qualifiquem enquanto político. No entanto, Sr. Presidente, sabendo que um ano tem trezentos e sessenta e cinco dias, e se for bissexto tem trezentos e sessenta e seis dias, questionamo-lo do seguinte: quando terminam os tais trezentos dias? -----

Sr. Presidente, lembra-se quando na escola primária se aprendiam os números? Entretanto, aprendia-se quais eram os números maiores e menores. Recorda-se desse ensinamento de aritmética? Então, pronto, quando é que acabam os trezentos dias? -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís João.-

-----**O Deputado Luís Dias:** Bom dia, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, e na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. -----

Da apreciação do relatório da atividade municipal, nota-se um grande foco na área social e na área cultural. Tenho de focar, deste relatório, a área cultural, visto que na celebração dos vinte e cinco anos desta biblioteca, temos toda esta digitalização. A minha pergunta direta ao Sr. Presidente é saber quanto é que é o encargo para o Município desta digitalização, e também gostava de perceber qual a diferença entre o arquivo, biblioteca e centro de memória, já que no centro de memória ainda não está tudo digitalizado, ou estará parte, quais são os acervos que estão a ser digitalizados, se isto vai permitir também ao Município ir buscar mais acervos, ou seja, se permite ao Município ser um líder na divulgação da nossa literatura transmontana – mais do que Moncorvense, neste caso. -----

Tenho a salientar também do relatório da atividade municipal a abertura das Piscinas Municipais ao ar livre, no dia 21. Na última Assembleia foquei que durante a Covid não houve piscinas, depois as piscinas estiveram abertas dois meses, porque iriam abrir as piscinas cobertas, estiveram abertas dois meses, e depois iria abrir a descoberta. Eu só estou a voltar a este assunto porque o Sr. Vice-Presidente não estava presente, e então, aproveito a sua presença para lhe perguntar se vai ser contemplado, se estão a pensar implementar alguma formação ao nível da natação para crianças na piscina descoberta. -----

Não pude deixar de ouvir algumas das intervenções que me antecederam. O Sr. Membro da

M.  
Pedro  
M

Asssembleia, José Aires, pergunta-nos sobre a ilegalidade das deliberações da Assembleia da CIMDouro, já que o Sr. Presidente representaria ilegalmente o nosso território. Bem, pergunta-me a mim, eu não sou um tribunal, mas acho que, do pouco que sei de Leis, o Tribunal Administrativo poderá responder se é, ou não, uma ilegalidade, porque o que se passou – e foi visto e confirmado por nós na última Assembleia – foi um erro processual. Por parte da Mesa foi admitido o erro, e houve a correção do erro. Se é ilegal, ou não, eu não sei, perguntou-me a mim, se calhar era retórico, não sei, mas aconselho o Sr. Membro da Assembleia a perguntar ao Tribunal Administrativo, que será a instituição indicada para lhe dizer se é ilegal, ou não. -----  
Ainda sobre a intervenção do membro Diogo Oliveira, fala no rigor, que o Sr. Presidente não é reconhecido pelo rigor. Bem, o importante é o rigor nas contas, acima de tudo. Já que tem formação em auditoria, o rigor das contas é o mais importante. E este Executivo, nos últimos anos, tem sido um grande Executivo, na parte da gestão, na parte da gestão autárquica, e rigoroso nas contas. Conseguimos sair do défice excessivo, foi graças a este Executivo que conseguimos candidatar-nos, neste momento, em boas condições a concursos de apoios com fundos europeus. Isso é que é rigor, é rigor nas contas. -----  
E é só. Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez. -----

Em primeiro lugar, Sr. Presidente de Câmara, quero felicitá-lo e dar-lhe os parabéns, na qualidade de Vice-Presidente da CIMDouro, pela excelente vitória que tiveram com a Cidade Europeia do Vinho. -----

Mas, ia perguntar-lhe também, e deve ter conhecimento que, no mês de maio, decorreu o Pro Wine, em Dusseldorf, na Alemanha. A pergunta que lhe faço é se a Associação dos Municípios Portugueses do Vinho esteve presente. -----

Outra questão que lhe quero colocar é que, há pouco tempo, tivemos conhecimento do cartaz da Festa em Honra de Nossa Senhora da Assunção. A pergunta que lhe faço é se a comissão de festas já sabe. -----

Falou também na parceria entre a Agência de Viagens Barcadouro e o Município. Parabéns pela parceria, a qual contempla duas visitas por mês, até setembro, em Torre de Moncorvo. O desembarque é feito no Cais do Pocinho, que contempla o *transfer* para Torre de Moncorvo. O que lhe pergunto é por que é que o desembarque não é feito na Foz do Sabor. -----

Para terminar, infelizmente estamos num ano de seca, e o nosso concelho está em seca severa.-

16  
Pedro  
J.M.

O que lhe pergunto é se tem conhecimento se o nível das águas das barragens é suficiente para passarmos um verão descansado, ou prevê que venha a ser tomada alguma medida para que a água para consumo humano não falte. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Catarina Lopes. Prescinde? Sra. Deputada Sílvia Santos. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Muito obrigada, mais uma vez. -----

Sr. Presidente, gostaria de reforçar aqui um assunto que a deputada Altina já falou, relativamente à sinalização. Gostaria de lhe perguntar, relativamente à questão das estradas municipais do concelho e ruas dentro da vila, para quando as marcações no pavimento nas ruas que levaram alcatrão uns dias antes das eleições. Gostaria de lhe perguntar, Sr. Presidente, se teremos de esperar até às próximas autárquicas. E já agora, alerta para, dentro das suas possibilidades, e como uma responsabilidade que lhe compete, que contacte a Estradas de Portugal e manifeste a sua preocupação relativamente à falta de marcações na Estrada Nacional 220. A falta de sinalização horizontal na estrada dificulta em muito a circulação e põe em perigo a vida dos nossos cidadãos, sobretudo de noite, com chuva e em dias de nevoeiro, pondo em causa a segurança rodoviária. Acrescentando ainda, para vosso conhecimento, que em muitos troços da estrada já não se distinguem os traços contínuos dos descontínuos. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. E para terminar esta ronda, Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Ora, bom dia, novamente, Mesa, Sr. Presidente, Srs. Deputados. -----

Referenciar aqui alguns pontos que já foram indicados. Obviamente, congratular o Município pelo constante aumento no apoio social, nomeadamente através do apoio ao programa de natalidade, já com vinte e sete famílias, e já com pagamentos efetuados. -----

Neste ponto, Sr. Presidente, eu creio que referiu inicialmente, mas não percebi muito bem, este é um apoio que tem um regulamento para inscrição, e que pessoas que têm responsabilidades fiscais em atraso, ou por aí adiante, que normalmente são pessoas com carências económicas efetivas, não têm a possibilidade de entrar neste programa. Que tipos de programas existem no Município para colmatar também, na natalidade, esta população? -----

Congratular também aqui o Município pela redução para menos de metade do montante do

15  
Pedro  
MA

saneamento financeiro, do empréstimo. É de louvar podermos viver uma situação financeira que nos dá garantias para poder financiar os próximos quadros comunitários – e aqui toco na palavra do rigor com as contas, que o deputado Luís João falou, e muito bem. É dessa forma que devemos proceder, para continuarmos a efetuar o nosso trabalho ao longo do mandato. -----

Relativamente aqui a algumas declarações, Sr. Deputado Diogo: Sr. Deputado, desdenhar? Eu só referi que não sou especialista em direito. Eu não vou para uma reunião onde sou membro falar de artigos, etc., que evidentemente fazem parte daquilo que é o desenvolvimento da mesma, mas ninguém desdenhou. Ainda bem que o senhor percebe destes assuntos. Mas, esta palavra é demasiado forte. E existem maneiras também de nos apresentarmos na política, porque isto de vir aqui perguntar ao Sr. Presidente se sabe matemática, isto é uma vergonha, Sr. Deputado. Tenhamos educação nesta casa. -----

Para além disso, eu quero dar aqui os parabéns, efetivamente, pela intervenção da Sra. Deputada Altina, que é este tipo de política positiva que devemos fazer, de fiscalização, de acompanhamento daquilo que são as obras municipais. Relativamente a algumas delas, como já passou algum tempo, já estão corrigidas, mas acho que é assim que devemos e que ajudamos a melhorar o Município, e que conseguimos efetivamente colmatar as falhas que podem existir. Também no Conselho Municipal de Juventude, eu estive presente neste primeiro. O que se passou para trás, evidentemente eu não fazia parte desta casa, não estava. Da minha perspetiva, correu de uma forma serena, já foi introduzido o Orçamento Participativo Jovem, que creio que é participativo também com o apoio do Sr. Deputado, que também falou do assunto. E creio que é desta forma que podemos levar Moncorvo para a frente, tendo ponderação nas palavras, sendo de alguma forma incisivos naquilo que são as nossas críticas, mas respeitando aquilo que é esta sala, e aquilo que ela tem de ser. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados, pelas questões levantadas. -----

O Sr. Deputado Bernardo Silva retirou-me aqui o protagonismo de poder agradecer, efetivamente, à Sra. Deputada Altina Pinto as informações que trouxe. Provavelmente, o que o Sr. Presidente da Assembleia lhe pediu foi para podermos ver, porque nós aqui não conseguimos ver o que apresentou. Mas, de qualquer forma, agradeço-lhe isso, e levarei aos fiscais municipais, se nos conseguirmos fornecer a sua pen, para os fiscais municipais também nos informarem a nós qual é o problema que se passa – porque eu não sou fiscal municipal, como pode ver. Mas, agradeço-lhe isso, e provavelmente os fiscais saberão. Provavelmente saberão,

13.  
Rede  
M.

mas vamos saber o que é que se passa. Mas, agradecer-lhe a forma como trouxe aqui, cuidada e para todos podermos ver, à exceção de nós, que estamos de costas. Mas, vamos conseguir.- E por isso é que pedimos, não é para censura, nem nada disso; é para nós também termos oportunidade de saber, para podermos dar uma explicação. -----

Eu penso que alguns, do que ia conseguindo ver, estarão corrigidos, outros estão para correção.- Como sabe, agora há as garantias ainda, que não são libertadas até estar tudo corrigido. -----

Temos um problema, efetivamente, na zona histórica, que não tem a ver propriamente com a Câmara e com o empreiteiro, tem a ver com uma empresa que tem de ser prestadora de serviços, que seja reconhecida pela E-Redes, porque tem de ser casa a casa ligado, porque se desligam os cabos, fica aquela zona toda sem luz, e as casas também. Ou seja, tem que ter, casa a casa, num armário, e depois do armário para o PT, e depois casa a casa liga-se, e depois os postes e os outros é que serão retirados. E isso, o prestador de serviços que é a E-Redes, segundo me informaram, penso que terá ganho o concurso, há coisa de um mês – porque eles fazem de períodos em períodos. E, portanto, brevemente estarão fora os postes, creio eu, e ligações às casas, sem ninguém ficar sem luz, que é o que nos importa. -----

E, portanto, eu queria agradecer-lhe. -----

Quanto à parte da água e do vinho, em excesso, ambos podem criar cirroses hepáticas. -----

Sr. Deputado Diogo Oliveira, quem sou eu para, sobre alguma coisa, estar a competir consigo. A única coisa que eu retirei do que nos informou foi que estava na disponibilidade de me emprestar qualquer coisa para eu escrever, e eu aceito, eu aceito já, traga lá que eu aceito e fico já com ele. Não se preocupe com isso. -----

Agora, duas situações, só para esclarecer: eu não fiquei indignado com nada; quem deve ter ficado indignado foi o Dr. Fernando Peixinho, que é ROC e professor, ele é que deve ter ficado indignado, não fui eu. Eu não, eu não fico nada indignado. O Sr. Deputado é livre de dizer o que quiser, como o faz. Se é pertinente, ou não, cabe às outras pessoas tirarem essas conclusões.- Mas, o resto é consigo. Uma pessoa que está com N Câmaras, a supervisioná-las, que é um revisor oficial de contas reconhecidíssimo, e depois – eu não percebi bem, estava aqui a tirar uns apontamentos, não percebi se já era um alto quadro da PwC, o que é que era, ou se fez só um estágio. É que há diferenças. O que eu sei é o que o Dr. Fernando Peixinho é. -----

Bom, quanto ao Conselho Municipal de Juventude, eu deleguei, obviamente, no Sr. Vice-Presidente, é também uma competência que posso fazer, e, portanto, deleguei. Sei que não há nomeações e tomadas de posse, está lá dito quem é que entra e quem não entra, também os meios telemáticos têm que ser antes pedidos, para se saber se falta, se não falta, se vai estar ou não vai estar, isso a própria Lei o diz. E, portanto, por aí também, Sr. Deputado, pode estar à vontade. -----

Aliás, sobre o que o Sr. Presidente da Assembleia estava a dizer, quem decide ou quem não

M  
Pedió  
10/

decide, recebi aqui um alerta do Público que hoje, o Sr. Primeiro Ministro acaba de demitir o Sr. Ministro das Infraestruturas. Não sei se foi por causa de ontem, se não foi, aqui um assunto que também teremos de falar. -----

Mas, há uma coisa, não querendo equiparar-me à sua capacidade, que tenho de lhe dizer: a prestação de contas é sempre com quarenta e oito horas de antecedência, que é o que está na Lei. Mas, como lhe disse, e volto a referir, uma semana antes, ou mais, é disponibilizada a todos os membros do Executivo. Portanto, Sr. Deputado, só não tem acesso porque não quer. Só não tem acesso porque não quer. -----

Depois, outra coisa que tem a ver com contas, sem irmos à escola primária, é que eu estou muito confortável com os prazos, porque os prazos, uns são os de contrato, outros são os prazos que temos com o órgão de gestão que gere os fundos. E, portanto, se ainda estamos dentro dos prazos, posso dizer-lhe que estamos dentro dos prazos. E o que importa agora, e o que deveria importar, em vez de vir aqui regozijar-se que uma obra não era acabada, é não nos acontecer o que aconteceu noutros Municípios, como deve ter conhecimento, em que empreiteiros foram à falência, outros foram à insolvência, outros foram embora e abandonaram as obras, e não estão a conseguir arranjar empreiteiros para terminar as obras financiadas pela União Europeia. E, portanto, isso é o que me preocupa, e que temos tido esta capacidade, com os órgãos de gestão. Mas, se tivesse estado atento, podia também ter visto ontem o que saiu sobre o Governo – ele próprio, o Governo – em que diz uma coisa simples, que tem a ver com os prazos e a capacidade ou incapacidade que neste momento temos de ter matérias primas e de termos empreiteiros para as obras. E a Europa já está a equacionar a possibilidade de, para Portugal, por causa destas situações, poder ser alargado com outros fundos. E, portanto, esta é mais uma antecipação dos fundos do PRR, poderem vir agora para estas empreitadas que estão a decorrer, não tendo cumprido o junho de 2023, que é o prazo final. Já lhe tinha dito isto, que agora é junho de 2023, e continuamos com junho de 2023. -----

Portanto, não esteja preocupado, em termos de prazos, que estamos a conseguir; não vá é pelos prazos dos contratos, tem é que ir pelos prazos das prorrogações com os órgãos de gestão, que é quem depois entrega o dinheiro. -----

Sr. Deputado Luís Lopes, em agosto, se a Associação de Vinhos esteve presente, eu não sei, não faço parte dos órgãos de gestão. Se esteve na Pro Wine, não sei, sinceramente não sei. O que eu sei é que se esteve presente, e esteve a fazer lobby para sermos Capital Europeia, fizeram um bom trabalho. Com isso, não temos problema nenhum. -----

O problema do desembarque na foz: para já, foi publicado esta semana, em Diário da República, pela APDL, o concurso para a fluvina, e temos o problema da atracagem no nosso cais, que só permite um. Ora, como eles ficam o dia inteiro, não podem estar o dia inteiro atracados ali.-----

Depois, têm o problema da eclusagem. Portanto, têm que fazer aqui um jogo para poderem estar lá. Isso, a APDL estará a tratar desse assunto, nós não podemos, porque não somos autoridade.- Quanto à seca, das barragens temos a garantia de que não vamos ter problemas para o consumo. A que está mais preocupante, porque está a 30%, é a do Salgueiral, é a mais preocupante, só terá água para consumo humano até final de outubro, se não chover nada. ---- De qualquer forma, como sabem – e nós já tivemos uma reunião com a Águas do Norte, Grupo Águas de Portugal, para irmos fazer a captação ao Rio Sabor. E o que está mais ou menos protocolado é que a Câmara cederá as instalações da captação, e a Águas de Portugal fará a captação direta e toda a manutenção dessa conduta até ao Salgueiral, para iniciar, se for necessário, entre agosto, se houver o problema. Atenção, estamos a falar de não cair uma gota de água. -----

As outras, se quiserem os valores, a Sra. Vereadora tem os valores de todas, eu já lhe passo para dizer – porque este, sim, é um assunto importante, que nos deve preocupar. -----

Sra. Deputada Sílvia Santos, temos vários problemas com a Infraestruturas de Portugal – aliás, o Sr. Ministro, não sei se agora ainda é Ministro, tem lá uma série de situações, não só essa, tem o acesso do IP2 a Torre de Moncorvo, tem o próprio IP2 no concelho, que está num estado deplorável, não percebo por que é que a Infraestruturas de Portugal de Bragança é diferente da Guarda, mas tem a ver com quem as dirige, em Bragança temos este problema. Temos o problema da Estrada Nacional 220, e temos o problema da Estrada Nacional 325, que também está um problema aqui dentro do concelho. -----

Portanto, iremos novamente escrever ao Sr. Diretor, aqui da região de Bragança, expondo também estes problemas, e que foram aqui focados na Assembleia Municipal. E se me permitir, para além dos exemplos que deu, reforçar novamente o IP2, e também a 325, que também necessita. -----

Quanto às marcações, sei que está a ser preparado um procedimento para ser lançado, penso eu, dentro em breve. Não lhe posso dizer a data, mas dentro em breve. -----

Sra. Deputada, esqueci-me de lhe explicar aqui: quanto a ficar às escuras, não tem a ver um problema com o Concelho de Torre de Moncorvo, nós não fazemos gestão de PT's; a gestão de PT's é exclusivamente da E-Redes. Se fica às escuras, é a E-Redes que tem que resolver; nós, obviamente, tentamos ajudar em tudo o que é preciso, muitas vezes até no fornecimento de alguns materiais que eles não têm à disposição, e depois devolvem, tentamos fazer isto. -----

Como é que se vai ler a caixa? De certeza que o projeto tem alguma sustentabilidade e alguma mobilidade para conseguirem ler a caixa, disso não tenho a menor dúvida, até porque vai ter um gradeamento por cima, deve ter acesso para as pessoas poderem andar em cima e verem o poço lá em baixo. Não se preocupe, que eu acho que aí vai ser feito. -----

Quanto à canção, gostei dela, é o que lhe posso dizer, a forma como a modelou, e gostei muito.

1  
Pedro  
M

Não sei, se a Escola Sabor Artes a puder aplicar, esteja à vontade, para ser a Sra. Deputada até a vocalista principal para este tipo de canção, porque, sem dúvida, tem presença, e eu gostaria muito de a ouvir. -----

Bom, Sr. Deputado José Aires, continua com as mesmas diatribes de sempre. Posso dizer-lhe que não vi nenhuma dança de ventre, não vi nada disso que falou, mas fui a uma exposição cáfila, e havia-os piores lá do que noutros sítios. -----

Mas, para lhe dizer que o que o senhor normalmente traz aqui, eu já nem vou responder. Sabe por quê? Porque não vem de si. Essa raiva, esse mau estar, esse sentimento de vinganças, não vem de si. E, portanto, eu prefiro recordar-me do deputado José Aires antes de ser o deputado José Aires, do que agora, o deputado José Aires, porta-voz de alguém. -----

E, portanto, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que lhe desejo um ótimo futuro, que lhe desejo que tudo lhe corra muito bem, que é o que eu lhe desejo. Quanto ao resto, já foram tantas vezes respondidas, e tantas vezes justificadas, que eu próprio muitas vezes não consigo não ser, por vezes, aquilo que não quero ser, que é dar más respostas. E, portanto, Sr. Deputado, o que eu lhe desejo sinceramente é que tudo lhe corra bem. -----

E se leva produtos para fora daqui, fica a ganhar o Concelho de Torre de Moncorvo, ficam a conhecer as pessoas lá de baixo os produtos de Torre de Moncorvo, só lhe fica bem. Leve é uma guia, porque ainda o mandam parar, e depois tem uma multa. Só leve a guia, mais nada. Agora, do resto, só tenho que lhe agradecer aquilo que faz, que é dar a conhecer os produtos de Torre de Moncorvo, que são de excelência, a quem não os conhece. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Vamos abrir o segundo período de inscrições para o Ponto n.º 1. Vamos inverter a ordem, porque há mais inscrições. -----

Sr. Deputado João Leonardo, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** É só para prestar aqui um esclarecimento relativamente à intervenção que tive anteriormente, que realmente estive a confirmar com as atas anteriores, e realmente pude confirmar que o deputado José Aires só posteriormente entrou, tomou posse mais tarde. Na referida reunião de 11 de setembro de 2017 ainda não fazia parte. E na aprovação da ata também de 22 de dezembro de 2017, ainda não fazia parte. Só mais tarde tomou posse, na substituição de um deputado do PS. É só para retificar. -----

Nesse sentido, nessa reunião, na eleição dos deputados da CIMDouro, o erro foi tal que foram eleitos dois deputados e havia dois suplentes – Luís Miranda Rei, João Leonardo, e suplentes, Luís Dias e Lucinda Carpinteiro. Portanto, não sei qual foi o desconhecimento aqui da Lei. O que

16  
Rafael  
P.O.

nos foi proposto, segundo a alínea a) do n.º 2 do art.º 83.º, houve aqui uma incoerência, foi um ponto debatido até pelo Sr. Deputado Fausto Tiago e António Júlio Andrade, alguma discussão, mas não devido à questão legal. Se quiserem consultar, estive a consultar se questionaram alguma coisa sobre a legalidade do ato nas duas situações, a legalidade não foi posta em causa sobre a eleição, foi posta sobre o método e acordos partidários que existiam. Acordos, não têm forma legal, e eu penso que a reunião foi votada inicialmente, e foi posta em prática pela votação da ata, coisa que na anterior Assembleia não aconteceu, porque a deputada Sílvia Santos pôs em causa a votação da ata anterior, e corrigiu-se uma situação que estaria errada. No anterior mandato, isso não foi efetuado, e nunca ninguém pôs isso em questão. É só para retificar a situação. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Vamos intercalar. Sr. Deputado José Aires.-----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de intervir, agradecer também aqui a retificação feita pelo deputado e Líder da Bancada Parlamentar do PSD, João Leonardo, e dizer que registei as palavras do Sr. Luís João, na intervenção que fez anteriormente. -----

Sr. Presidente, foi com espanto e admiração que vi no seu relatório dar conta que, afinal, no Município de Torre de Moncorvo ainda existem obras contratadas em execução. Durante um ano, o Sr. Presidente deu a entender que estes assuntos não faziam parte das competências da Assembleia Municipal. Nos relatórios apresentados nas reuniões de dezembro, fevereiro e abril, nem uma obra para amostra. Mas, os contratos de todas as obras elencadas por V. Exa. foram assinados antes da tomada de posse dos novos órgãos municipais para o mandato 2021-25, que ocorreu no dia 11 de outubro de 2021. Uma teve o contrato assinado em 2019, três em 2020, e seis até 8 de outubro de 2021. -----

Tendo em conta a resposta dada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal ao meu Requerimento n.º 10/2022, de não agendamento do assunto, referente a duas empreitadas levadas a cabo no Campo de Jogos Dr. Camilo Sobrinho, chamo à atenção de V. Exa., uma vez que estamos num novo mandato. Quando o Sr. Presidente da Câmara demora seiscentos e três dias – ou seja, um ano, sete meses e vinte e três dias – para prestar os esclarecimentos solicitados, tal facto leva-nos a pensar que o intuito foi empurrar o assunto com a barriga, perante a passividade de V. Exa. -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de acordo com o art.º 29.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, alíneas i) e k), V. Exa. não exerceu as suas competências, e a estratégia está à vista de todos.

M.  
Rede  
M.

Agora já passou um mandato, e V. Exa. entende que os esclarecimentos foram prestados, e já não é oportuno o assunto ser analisado por esta Assembleia Municipal. Será que aqui se aplica a expressão popular “*aqui há gato, gato escondido com rabo de fora*”? -----

Face ao Código da Contratação Pública, pelo menos quatro das obras referidas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal deviam ter terminado em 2021, no mandato de 2017-21, que passo a nomear: a requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária de Torre de Moncorvo devia ter terminado em 6 de abril de 2021, há mais um ano. A candidatura FEDER Norte 2020 termina hoje. A requalificação do antigo matadouro, PARU, devia ter terminado em 6 de janeiro de 2021, há cerca de um ano e meio atrás. A candidatura FEDER Norte 2020 terminou a 9 de janeiro de 2022. A requalificação do Largo da Corredoura, Largo do Ferreiro, PARU, devia ter sido concluída no início do ano passado, no dia 8 de fevereiro de 2021.- A candidatura FEDER Norte 2020 terminou a 30 de maio de 2022. Área de acolhimento empresarial da Junqueira, devia ter terminado no dia 22 de setembro de 2021. A candidatura FEDER Norte 2020 termina no próximo dia 15 de setembro de 2022. -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, de acordo com as suas respostas, estas obras já não deviam constar do relatório do Sr. Presidente da Câmara. A Lei da Contratação Pública devia ter sido cumprida e as obras terminadas dentro dos prazos contratados. Se três candidaturas já chegaram ao fim – uma em janeiro, uma em abril, e a que termina hoje – isto quer dizer que as obras já estão totalmente pagas e recebidas provisoriamente, documentos necessários para apresentar em sede de candidatura para obtenção do financiamento? Mas, o Sr. Presidente diz-nos que continuam em execução. Isto quer dizer que, administrativamente, já foram dadas por terminadas? -----

E continuando a análise da lista das obras, verificam-se incongruências que certamente o Sr. Presidente da Câmara está habilitado a esclarecer. A requalificação energética das Piscinas Municipais e a requalificação energética do edifício da CIMDouro, os prazos de construção estão ultrapassados, e o prazo destas candidaturas ao FEDER Norte 2020 terminou a 31 de dezembro de 2020. A reabilitação urbana do acesso ao Parque Verde Eng.º Aires Ferreira e a requalificação do poço medieval, Castelo de Torre de Moncorvo, os prazos de construção estão ultrapassados, e o prazo das duas candidaturas ao FEDER Norte 2020 terminou no dia 31 de dezembro de 2021. -----

Sr. Presidente, quais as consequências para o Município, uma vez que os prazos das candidaturas, na sua maioria, não foram cumpridos? O Município não vai receber os financiamentos? -----

Quanto à obra de construção, reparação e beneficiação de habitações no âmbito do Programa “Primeiro Direito”, o contrato tem a data de 7 de julho de 2021 e um prazo de execução de

16.  
Pedro  
M.

trezentos e sessenta e cinco dias, termina no próximo dia 7 de julho. Quantas habitações já foram requalificadas, e quantas famílias foram beneficiadas? -----

E por fim, o arranjo urbanístico do espaço anexo ao Miradouro de Mós. No portal Base.Gov não encontramos a publicação desta empreitada. Encontramos a empreitada de reabilitação do Miradouro de Santa Bárbara – Mós, adjudicada à empresa Açoreira & Almeida, pelo valor de 41.423,25€, com contrato assinado a 6 de maio de 2021, com o prazo de execução de cento e oitenta dias – devia ter terminado no dia 3 de novembro de 2021. Consultada a prestação de contas do ano de 2021, ficamos a saber que no ano passado foram pagos 2.120€. Afinal, de que obra se trata? Ou são duas obras distintas? A que se devem as derrapagens sistemáticas dos prazos? -----

E para terminar, não refere a obra de reabilitação do espaço público do centro histórico, que continua em construção. Ainda hoje pude verificar que continuam a abrir valas e a soldar chapas de metal nas tampas de saneamento com as letras “CMTM”. Não se compreende, tendo em conta a verba despendida com a marca Moncorvo, e como forma de marcar o seu mandato, que o caderno de encargos do projeto não previsse o modelo e os moldes a aplicar nas tampas de saneamento a fornecer pelo empreiteiro. -----

Para quando está prevista a retirada dos cabos aéreos da antiga rede de iluminação e os postes de cimento, e para quando a conclusão da obra? É que a candidatura terminou no dia 31 de dezembro de 2021, e não se vê fim à vista. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Deputado Luís João. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu gostava primeiro de sublinhar as perguntas que anteriormente coloquei, que não obtive resposta, da parte do centro de memória. -----

E depois, ajudar o meu antecessor, a pessoa que falou antes de mim, que está no relatório, no último ponto da terceira página, que foram prestados apoios financeiros a nove famílias, no total de 44.253€, no âmbito do programa de apoio habitacional e extratos sociais desfavorecidos. Espero que o tenha elucidado. -----

Com os prazos, e com as tampas, cada vez há menos fundições no país, e o ferro está caríssimo, e a própria cadeia do produto esteve interrompida durante algum tempo. Por isso, eu não conheço em específico este caso das tampas do saneamento, mas posso dizer-lhe que é muito difícil arranjar peças fundidas neste momento em Portugal, muito difícil. Por isso, provavelmente também foi difícil para quem fez esta obra arranjar peças que tivessem um molde a dizer “Câmara Municipal”. A solução de soldar pode ser questionada, mas arranjar moldes, a esta altura do

M  
Pedro  
H?

campeonato... – eu vou também contar-lhe já o caso do vidro, por exemplo, já que falámos muito sobre vinho: neste momento, as empresas de vidro estão a fazer o básico, o clássico; qualquer outro que foge ao molde do clássico, que tem um relevo na garrafa, não estão a fazer. E estou a dar o caso do vidro, mas outras indústrias estão iguais no país – no país e na Europa. Há um problema na cadeia do produto, logístico, os preços das matérias primas estão todos a encarecer, e também há falta de mão de obra qualificada, que se foi perdendo ao longo do tempo, pelo desinvestimento que houve na educação nos últimos Governos deste país. -----  
Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Existe uma grande diferença entre desrespeito e colocar questões. E se o Sr. Deputado Bernardo Silva não sabe disso é porque faltou às aulas de português, de certeza. -----  
Como é do conhecimento de toda a Assembleia Municipal – e se não é, devia ser – no dia 6 de maio de 2021 foi celebrado um contrato entre o Sr. Presidente e o representante legal da empresa Açoreira & Almeida, Lda., o Sr. Luís Manuel Açoreira Teixeira. Quer que recorde do nome do objeto do contrato? Eu digo, Sr. Presidente: reabilitação do Miradouro de Santa Bárbara – Mós. Recorda-se deste contrato, que foi celebrado pelo Sr. Presidente? A remuneração total ilíquida foi de 41.423,25€, como o Sr. Deputado José Aires aqui referiu, e segundo a terceira cláusula do contrato, a empreitada tem um prazo de cento e oitenta dias. Agora, questiono-lhe: Sr. Presidente, de quantos cento e oitenta dias precisa para a conclusão da obra? Sr. Presidente, esta é uma obra para realmente ser concluída? Se sim, quando é que é prevista a sua conclusão? Desconhece o Sr. Presidente que a conclusão de tal obra seria um benefício para todo o concelho? É importante que até à última Assembleia Municipal – ou seja, até ao dia 29 de abril de 2022 – existia um gap temporal muito grande, rico em inércia, ou seja, rico em inatividade, proveniente da não execução da obra em questão. É muito interessante verificar que é preciso colocar as questões em Assembleia Municipal para que o Sr. Presidente e as entidades competentes trabalhem um pouco. -----  
Sr. Presidente, o senhor desconhece que a Freguesia de Mós também faz parte do Concelho de Torre de Moncorvo? É que por vezes parece que se esquece desse facto. Mós, Sr. Presidente, não é apenas uma freguesia; Mós é uma aldeia com história, Mós já foi sede de concelho. Mós, pesando todos estes factos, merece ser uma aldeia respeitada – como, aliás, qualquer outra aldeia do concelho. Sr. Presidente, que obras o senhor tem feito em Mós? As grandes obras que vejo, nomeadamente no miradouro, é o crescimento de uma ervinha, o crescimento de um arbusto, por vezes há um ou outro arbusto que seca, mas ao lado cresce outro. Era este o projeto

Ph  
Cedris  
M.

de requalificação do Miradouro de Mós? Sei que, para si, a Freguesia de Mós é um incómodo, mas para mim, o que me incomoda mesmo é ver a sua indiferença e o seu contributo para o empobrecimento do nosso concelho. O Sr. Presidente representa asfixia para todo o concelho, e não apenas para a Freguesia de Mós. No entanto, nós defenderemos esta freguesia sempre, e exigimos que honre os contratos a que se obriga, designadamente que conclua esta obra o mais rapidamente possível, com a inclusão de todos os equipamentos mencionados no contrato. Honre a nossa história, Sr. Presidente. Está nas suas mãos fazer algo para fazer crescer o nosso concelho. Acha que basta uns cabazes alimentares, acha que basta dizer que queremos fazer uma obra, quando mal a começamos, nem sequer a concluímos, e chegando ao ponto de o pouco que foi erguido já estar a precisar de manutenção. -----

Verifiquei que, entretanto, chegou uma máquina ao miradouro, mas após a última reunião ordinária da Assembleia Municipal. Por vezes é preciso aparecerem imagens no Facebook a reportar a não limpeza da ecopista, quando a mesma já se assemelhava a um campo de milho.- Por vezes é preciso os deputados do PS virem aqui elucidar o Sr. Presidente que há trabalho a fazer. No entanto, Sr. Presidente, à sua inércia nós já estamos habituados, mas habitue-se também a que eu e todos os restantes deputados eleitos pelo Partido Socialista, assim como os Vereadores da Oposição, também estarão aqui para defender o nosso concelho. ----- Assim sendo, deixo uma última questão: Sr. Presidente, a máquina presente no local para a reabilitação do Miradouro de Mós, e as pedras lá colocadas, são para dar início à conclusão do Miradouro de Santa Bárbara, ou trata-se uma vez mais de fogo de vista? ----- Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. E para terminar as intervenções, Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Ora, Sr. Presidente, caros colegas: ----- Sr. Deputado Diogo, tinha que me referir a si em primeiro lugar, não me leve a mal por dizê-lo, mas eu creio que todos aqui nesta sala temos que ter alguma questão de respeito na forma do trato. E aqui, não estamos a falar de matemática ou de português, estamos mesmo a falar de educação, de saber como estar. -----

Passando aqui um bocadinho à frente, eu gostaria de salientar a nova pintura urbana que foi feita aqui na zona do jardim, uma homenagem ao Constantino, o Rei dos Floristas. Gostaria de perguntar, Sr. Presidente, se pode ser o início de uma nova construção, ao nível de pinturas urbanas, no nosso território, é uma questão que é utilizada em outros territórios, e que tem efetivamente atratividade turística, e por aí em diante, também comercial e económica. ----- Gostaria também de lembrar, Sr. Presidente, que não me respondeu anteriormente se a Escola

h.  
Re de  
M

Sabor Artes, com a iniciativa da Escola do Rock, pode ter lançado aqui a ideia de nós termos em Torre de Moncorvo uma residência artística durante algum período do ano. Moncorvo é uma vila – e todos concordarão comigo – com uma beleza histórica e natural. Aliás, nós somos Moncorvenses, somos suspeitos, mas muito acima da média daquilo que é o distrito. Poderíamos ser aqui, efetivamente, também um polo da cultura, a nível distrital, e a nível até nacional, potenciando estas sinergias entre as várias escolas que pudessem usufruir da nossa terra, e depois vice-versa também, obviamente. -----

Dito isto, Sr. Presidente, também sobre a Escola Sabor Artes, não sei se para o próximo ano letivo, podermos ter mais atividades nas freguesias ao longo do ano, não só estarem restritas muitas delas, ou uma grande maioria, à Vila de Torre de Moncorvo, mas podermos alargá-las para o conjunto das nossas aldeias, e também disponibilizar cultura para a nossa população. --- E deixar só aqui uma nota, certamente o Sr. Presidente está a par, creio que nós aqui nesta sala também estaremos, mas vamos passar por tempos difíceis relativamente ao custo dos bens, e por aí adiante, com a inflação, com hospitais com urgências a encerrar, e se o Município, a médio e longo prazo, tem alguma medida de compensação que possa de alguma forma auxiliar a população para a aquisição de bens, e por aí adiante, porque não sabemos até onde isto pode chegar. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Bom, começo como terminei a minha intervenção anterior. Sr. Deputado José Aires, eu tinha acabado de responder à Sra. Deputada Altina, até elogiando o que ela tinha feito, e o senhor trouxe as questões novamente, depois de eu ter respondido. Das duas, uma: ou o senhor já as trazia, ou lhas deram feitas para ler aqui, e não ouviu o que eu respondi, ou então está outra vez a trazer a mesma coisa. Eu já tinha respondido da zona histórica, já tinha respondido dos prazos que estavam negociados com o órgão de gestão. O que eu nunca ouvi o Sr. Deputado perguntar aqui é se o Estado já pagou o que foi acordado no contrato para a requalificação da escola, de 7,5%, se já pagou um cêntimo, ou se é o Município que está a assumir todos os encargos, mesmo para aqueles que têm a miragem de que a escola já vinha de um projeto anterior, e do anterior Executivo, que é a maior mentira que aqui é dita. Mas, o grande problema são os 7,5%. Nunca ouvi nenhum deputado perguntar se o Estado, no que se obrigou, primeiro por uma Secretária de Estado, e depois por um Ministro, se já entregou um cêntimo daquilo a que estava obrigado, ou se é o Município que o está a participar na totalidade. -----

15.  
Belo  
M.

Eu não vou entrar aqui em diálogo, porque quando se assina, pensamos que somos pessoas de bem. Se está obrigado à transferência, é assim. -----

Mas, mais: no “Primeiro Direito”, já seis habitações que estão em obra. É o Município que está na totalidade a pagar. E por quê? Porque o órgão de gestão entregou ao IHRU uma alteração, numa folha em Excel, para se receber o dinheiro, mas que ninguém sabe qual é essa alteração de Excel. E já estamos há seis meses à espera dessa alteração. E isto foi anteontem, que a Sra. Secretária de Estado responsável nos informou, porque telefonámos para ela diretamente, porque ninguém sabia informar. Portanto, é a Câmara que está aqui a suportar todos esses encargos. -----

Portanto, estou muito confortável no que diz respeito aos prazos, e aos prazos dos contratos.--- Continuem a trazer os prazos dos contratos, que eu estou muito confortável com isso. Porém, não está a 23 de junho, aí é outra coisa, e que a assumirei. Mas, até agora, estou muito confortável com isso. -----

Sr. Deputado Diogo Oliveira, ainda bem que descobriu Mós. Mas, eu vou dizer-lhe uma coisa:-- não vou responder às suas questões por respeito ao Sr. Presidente da Junta de Mós, porque o que os senhores fizeram aqui hoje dava para outros assuntos, e para colocar toda a obra em causa. Portanto, não lhe vou responder, por respeito ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mós. Se quiser, depois, lá fora falar com ele, e ele explicar. -----

Sr. Deputado Bernardo Silva, as pinturas urbanas, obviamente, tratam-se hoje em dia de um meio de atrair turismo, o próprio Orçamento da Câmara também tinha uma verba para esse montante, não só aqui, mas outras intervenções em freguesias e também na sede do concelho, que espero conseguir fazer. Ninguém estava à espera era que esta guerra, e o aumento de todos os consumíveis, tenha que levar muita verba para outro lado, que não este. -----

A Escola Sabor Artes, obviamente que é uma escola para servir o concelho todo, está à disponibilidade das Juntas de Freguesia, sempre que alunos e professores, e o próprio Diretor da escola, tenham possibilidade de se fazer acompanhar para dar um espetáculo condigno. Aliás, numa candidatura que se fez sobre espetáculos em monumentos, tenho a dizer-vos que nenhum é na sede do concelho. Das candidaturas que houve, um é no Castedo, um é na Adeganha, e outro irá ser no Felgar. A sede do concelho não candidatou um único monumento. -----

Perguntou-me aqui sobre se haveria aqui alguma capacidade de ajuda. Nós temos vários programas, desde até um protocolo com o Hospital de Santa Maria, para crianças, onde possam estar, se não houver possibilidade de as tratar noutro sítio, de ser lá, com acompanhamento dos pais. Também temos uma série de apoios que estão a ser previstos para este momento. Mas, eu aí passaria à Sra. Vereadora, porque está mais dentro do assunto do que eu. -----

----- **A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Bom dia a todos.-----

Espero que estejam todos bem. -----

Relativamente ainda à situação anterior, das questões da água, a informação que temos da Águas do Norte, e em complemento àquilo que o Sr. Presidente disse, a situação mais preocupante é com a Barragem do Salgueiral, que está a 33%, e com a do Palameiro, que está a 46%. As outras barragens estão todas dentro dos valores normais para a época, acima dos 80%. Agora, tudo isto se prende com os fatores climáticos que venham daqui até ao fim do ano.- Estamos a acautelar a situação do Salgueiral, através de uma conduta própria que disponibilizamos, e as obras serão feitas pela Águas do Norte. -----

Quanto às outras situações, vão sendo monitorizadas mensalmente – até mais do que mensalmente – e se houver alguma outra situação, com certeza que os informaremos na próxima reunião. -----

No entanto, também foi solicitado nesta reunião pela Águas do Norte que fossem feitas algumas publicações, depois de um entendimento entre a Águas do Norte e a ADIN, no sentido de haver uma informação à população, relativa à sensibilização para a poupança da água, agora no período estival. -----

Por isso, penso que esta parte ficou esclarecida: 33% na Barragem do Salgueiral, 46% no Palameiro, as restantes estão dentro dos prazos, acima dos 80%, para já. -----

Quanto aos apoios sociais, de uma forma geral, nós temos ativos quinze programas de apoio social. Temos a Rede Solidária do Medicamento, chamado Programa ABEM, em que estão, neste momento, cento e noventa e oito pessoas a serem beneficiárias. Temos o transporte de doentes não urgentes, temos o transporte de doentes oncológicos, temos a teleassistência com a Cruz Vermelha Portuguesa, e também com a Cruz Vermelha Portuguesa assinámos um protocolo, com um programa que se chama “Portugal mais Feliz”, o qual serve para financiar situações de famílias que estejam sinalizadas e que tenham uma necessidade urgente de um tipo de apoio específico. Isto envolve diversas situações, desde pagamentos de rendas de casa, em situações de carência, a pessoas que estão no desemprego ou em situação particular, até pessoas que precisem de tirar a carta de condução, porque senão não conseguem ir trabalhar, até situações de oferta de cabazes, ou de enxovais, ou do que for. Isto é um projeto feito à medida da Cruz Vermelha Portuguesa para colmatar situações de carência ocasionais, e por isso é que nós assinámos este protocolo. Por isso, com a Cruz Vermelha temos estes dois protocolos a funcionar, teleassistência e “Portugal mais Feliz”. -----

Quanto ao apoio habitacional, temos o apoio habitacional a extratos sociais desfavorecidos, com um valor que pode atingir os 5.000€, para situações de reabilitação e adaptação das habitações. Temos também o Programa “Primeiro Direito”, integrado no PRR, que está a decorrer, e que estão neste momento a ultimar seis habitações no Bairro de Santo Cristo, que até ao momento

14.

Região  
M.O.

ainda não recebemos um tostão, pelas razões apresentadas pelo Sr. Presidente, mas que a obra está a decorrer. Nós temos, no Bairro de Santo Cristo, quarenta e duas casas para serem recuperadas, temos oito no Bairro José Leandro, e depois temos situações enquadradas em subarrendamento. Por isso, a Estratégia Local de Habitação irá sofrer um ajustamento, já estamos a trabalhar nisso, mas que irá ser apresentado aqui para discussão, e até irão ser também, com certeza, informados e convidados a estar presentes em algumas reuniões preparatórias. -----

Por isso, em relação à habitação, temos o apoio habitacional a extratos e o “Primeiro Direito”. E vamos ter brevemente uma outra situação, que ainda não está protocolada, mas que irá ser levada, depois, a reunião de Câmara, e trazida aqui, para a reabilitação de casas, também em situação urgente, com a MOVHERA e com uma associação que se chama JUST A CHANGE, que trabalha com a MOVHERA. Mas, ainda é um bocadinho cedo e prematuro para estar a falar, porque ainda irá ser levado a reunião de Câmara. -----

Quanto às ajudas e outro tipo de apoios, temos o “Reboredo Ajuda”, com disponibilidade de mil e quinhentos quilos de lenha a famílias carenciadas, a qual levamos a casa. Eu só estou a falar em apoios sociais específicos. Temos o “112 Social”, para reparação e resolução de pequenos problemas, que, como sabem, já está ativo através de um protocolo com a Santa Casa, temos o Banco Solidário, temos o “Crescer Bem” – o Banco Solidário, toda a gente conhece, porque apoia diversos tipos de famílias, nomeadamente no vestuário, no calçado, nos livros, nas mobílias, nos eletrodomésticos. Com o “Crescer Bem”, que é uma associação que está sediada no Hospital D. Estefânia, temos vindo a fornecer vestuário, alimentos, brinquedos, enxovais, calçado, equipamentos para crianças, desde carrinhos de bebés até banheiras para crianças, são diversos materiais. E este protocolo estabelece também que, embora esteja longe – porque o Hospital D. Estefânia não fica aqui ao lado – estabelece também apoio psicológico e apoio às famílias que tenham filhos que estejam internados, hospitalizados por qualquer motivo, no Hospital D. Estefânia. Já tivemos um caso, de uma criança que esteve hospitalizada, há cerca de um ano, com um problema respiratório, que esteve hospitalizada no Hospital D. Estefânia, e que lhe foi disponibilizada a possibilidade de irem recorrer a apoio psicológico, e também a pequenos almoços, lavandaria – eles têm uma lavandaria que podem fornecer, de apoio às famílias. -----

Temos também, com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, apoio psicológico a doentes e familiares, com problemas oncológicos. Isto é, além de serem os doentes, as famílias – pais, filhos, irmãos, cunhados, alguém que coabita ou que esteja em contacto com um doente oncológico, pode também aceder a isto. E ainda temos, através do CLDS, e com o apoio do CLDS, e com a Caritas, temos equipamento médico que podemos disponibilizar a famílias carenciadas, e isso foi divulgado através do nosso Facebook, com materiais como cadeiras de

M.  
Pedro  
M.

rodas e andarilhos, e que já foram fornecidos a famílias que necessitaram. Por isso, se souberem de alguma situação em que nós possamos ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas com estes equipamentos, eles estão disponíveis para qualquer pessoa; fazem uma ficha de inscrição, e será disponibilizado. -----

Temos também o apoio à natalidade, e temos a unidade móvel de saúde. -----

E penso que, por agora, é tudo. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Bom dia, Sr. Presidente, Mesa, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta. -----

Queria aqui só esclarecer um assunto que se levantou aqui, sobre o Sr. Deputado José Aires e Diogo Oliveira, na questão do Conselho Municipal de Juventude, e não dar resposta neste momento, porque os mesmos temas que aqui apresentaram foram apresentados no último Conselho Municipal de Juventude. E como devem calcular, só depois de todos os outros conselheiros terem acesso à ata, e a ata aprovada, e a resposta que lá vai ser dada, é que poderão, com certeza, torná-la pública, e de poder trazer aqui. Algumas questões foram até explicadas na altura da reunião, e esclarecidas, penso eu. Admira-me o cometimento dos mesmos erros, traduzidos agora, outra vez, noutras novas perguntas. Mas, deixarei isso, Sr. Presidente, se assim entender, depois de aprovada a ata do Conselho Municipal de Juventude, de trazer aqui a conhecimento e dar resposta àquilo que foi hoje aqui novamente trazido. -----

Em relação ao que o Sr. Luís João perguntou, por causa das aulas na piscina, na piscina descoberta não é possível, porque não conseguimos fazer corredores e especificar corredores só para a aula de natação. É mais uma piscina de diversão, haverá aulas lúdicas, e pelo campo de férias com certeza que também irão ser frequentadas, mas não com a característica de aprendizagem de natação. São cerca de dois meses e meio que estarão abertas, está prevista a abertura outra vez, no início de outubro, das piscinas cobertas, e essa, sim, é que é a piscina destinada ao ensino da natação. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Só complementar aqui duas situações levantadas pela Sra. Deputada Sílvia Santos. Ontem mesmo, na CIMDouro – atenção, isto não é uma candidatura a fundos europeus; é antes um pré-acordo que havia sido referido ao Ministro das Infraestruturas, que agora pode já não ser Ministro das Infraestruturas, e por isso eu comecei por elogiar a eleição do Dr. Vasco Cordeiro, porque também é necessário que o Presidente do Comité de Regiões esteja presente nesta situação. Como sabem, a União Europeia não permite alcatrão, não permite candidaturas a alcatrão, por causa da pegada ecológica. Nós, na CIMDouro, estamos a tentar fazer, explicando muito bem à Sra. Comissária e ao Sr. Presidente do Comité das Regiões

16.  
Pedro  
001.

agora, com o apoio do Governo, que nós não vamos fazer um quilómetro de estrada nova; o que vamos fazer é recuperar as estradas que já estão, e que muitas delas até foram apoiadas por fundos europeus, mas que se não pegarmos nelas agora, com esta política da pegada ecológica, daqui a cinco anos, ou menos, não serão mais do que caminhos. E eu pedi para me trazerem aqui o dossier, para não haver dúvidas. Atenção, não está definitivo, isto foi o que foi apresentado ontem, porque isto tem de ser através de uma linha BEI. Isto não é uma oferta de fundos, temos que o pagar. E o que foi apresentado por Moncorvo foi Felgueiras – Quintas do Corisco, Estrada Nacional 220 – Mós, Estrada Municipal 220, percorrendo toda a Avenida João Paulo II, que se falou há bocadinho, e que engloba aqui cerca de 2.000.000€. Estamos a falar aqui de um projeto que só irá para a frente se conseguirmos que a União Europeia nos permita ir ao BEI buscar este dinheiro, com a justificação de que não é um aumento da pegada carbónica. -----

E, portanto, são estas as que estão neste momento em cima da mesa. Se – e aqui é um “se” – se houver possibilidade de incluirmos aqui mais alguma que, dentro dos critérios, possa ser incluída, nós estaremos disponíveis para isso, mas, obviamente, sem pôr em causa o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal. Mas, para já, são estas, porque entendemos que são as que estão a merecer uma grande intervenção. -----

Há bocadinho eu disse “Santa Maria”, muito obrigado, Sra. Vereadora, por ter corrigido, era o Hospital D. Estefânia, e não o Santa Maria. -----

E dizer também ao Sr. Deputado Bernardo Silva que existe um estudo, um estudo prévio, em cooperação com uma instituição, para poder fazer umas residências, não só musicais, mas também para poderem vir, quem quiser ter descanso, para fazer uma tese de mestrado ou de doutoramento, ter espaços onde possam pernoitar e onde possam estar, durante seis meses e um ano. Não vou ainda dizer, porque é com uma instituição do concelho que tem o projeto, e que nós fomos parceiros, mas há efetivamente esse estudo. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de passar ao Ponto n.º 2, dizer só o seguinte: fui visado aqui várias vezes, eu não sou político, estou aqui na Assembleia Municipal como cidadão Moncorvense, sei que, efetivamente, não estou impedido de ser criticado, etc. – aliás, como sabem, na minha vida profissional, dirijo há uns anos, e também já fui subdiretor da maior instituição de Moncorvo, onde participam centenas de pessoas. Portanto, sei o que é estar sujeito a críticas, etc. Agora, parece, a quem ouve falar alguns Srs. Deputados, que os males da nossa vida são o Presidente da Assembleia. Este é um aspeto. -----

Outro aspeto tem a ver com a CIM. Houve um erro, eu assumi o erro, e não fujo aos erros, que fique claro. No mandato anterior passou o erro, havia inexperiência. Neste momento, detetou-se

o erro, já o disse na Assembleia anterior. Neste, foi corrigido. Se a CIM, e os órgãos da CIM, ou quem quer que seja, acharem que tem de ser corrigido, tudo será corrigido. Há atos nulos e há atos anuláveis, estamos cá para assumir as consequências. Eu, se fui para Presidente da CIM, já agora – na vida, tem-se duas posturas: ou pela negativa, permanente, sistemática, do “bota abaixo”, ou pela positiva. E por exemplo, é diferente, o Sr. Presidente da Câmara, e eu próprio, damos os parabéns ao socialista Vasco Cordeiro, porque foi eleito para a Comissão das Regiões. Aqui, o objetivo é sistematicamente atacar o Presidente da Assembleia, porque foi para a CIM. Não se levantou ninguém do Partido Socialista a dar os parabéns ao Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM. Eu vivo bem com isso, aliás, não fui para lá por isso; eu fui para lá porque houve vários Presidentes de Câmara e vários membros, muitos deles socialistas, que me convidaram a encabeçar uma lista, onde eu estou com todo o prazer – enquanto eles quiserem, porque eu não faço questão. Por isso, é assim, estou lá para prestar um serviço pela positiva, não pela negativa. -----

Quanto à censura que a Sra. Deputada Altina disse, e o facto de eu estar aqui dependente do Sr. Presidente da Câmara, está enganada. O Sr. Presidente da Câmara falou, como falou aqui o secretário da Mesa, que me chamou à atenção para um ou outro ponto. Enfim, já disse aqui, tenho muitas limitações, eu não tenho a capacidade e a inteligência que tem a Sra. Deputada, eu tenho as minhas limitações. Evidentemente que ao dirigir a Assembleia, há pontos que às vezes me escapam, mas eu assumo. Gostaria eu de ter as suas capacidades, de ver tudo, de resolver os problemas todos, antecipá-los, etc. Mas, eu não consigo, sou assim. Por amor de Deus, não vou matar-me ou suicidar-me por não ter as capacidades que a Sra. Deputada tem, por amor de Deus. Eu tento fazer as coisas o melhor que sei e o melhor que posso, andar de cara direita, não ofender ninguém, não desrespeitar ninguém. Se houver alguém, a começar pelo Sr. Presidente da Câmara, que me diz: “*Olhe, você está aí a fazer mal*”, eu não tenho problemas nenhuns em admitir, tenho a humildade suficiente. Agora, enfim, já não tenho idade para ser aqui uma marioneta de quem quer que seja; nem nunca o fui, e nem vou sê-lo agora. -----

Quanto à censura, não há censura. Sabe, Sra. Deputada, eu já sou um bocadinho mais velho do que a senhora, participei no período a seguir ao 25 de abril de 1974, nunca tive aquelas ideias dos extremistas, felizmente andei sempre aqui na área da social democracia, e muitas vezes até votei em socialistas, a começar pela Associação Académica de Coimbra, e por aí fora. E, portanto, está a ver que eu não tenho problemas nenhuns quanto a isso. Nunca fui dos MIRN, que era à direita do CDS, na altura, mas também não fui das OCMLP, dos MRPP, e dessas coisas, nunca fui. Pronto, feitos. -----

Mas, uma coisa é certa: eu sou tolerante, e aliás, em caso de dúvida, é falar com as pessoas.--- Agora, censura não, Sra. Deputada. O que diz a Lei, eu repito-lhe outra vez, é que é com dois dias de antecedência. E se estiver errado, se não forem dois dias, e se não for assim a

14.  
Pedro  
M.

interpretação, corrigimos. Encantados da vida. Agora, temos de nos respeitar um pouco. Esses chavões da censura, a cortar a Oposição, por favor, acho que não. Como disse alguém aqui, temos que estar todos pela positiva, porque o nosso grande objetivo é lutar pelo Concelho de Moncorvo, uns melhor, outros pior, só isso. Uns saberão melhor, outros andam aqui há mais tempo, são mais habilitados, têm mais capacidade, etc. Olhe, cada um faz o que pode. -----

Perdoem-me o desabafo. -----

Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Fazer aqui uso do Ponto n.º 1 do art.º 34.º do Regimento, relativamente às expressões ofensivas que foram feitas em consideração à minha pessoa por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Deixar aqui bem claro que já não é a primeira vez, e que é reiterado – se calhar, se estivéssemos na escola, chamar-se-ia *bullying*, mas aqui pode ter outra designação – e o Sr. Presidente deixa sempre a ideia de que existe raiva em mim, até consegue sentir as minhas emoções, e que não tenho capacidade para fazer as minhas intervenções. É porque me conhece muito mal, Sr. Presidente, é só para ficar aqui clarificado. O senhor aqui já falou da minha mãe, do meu pai, da minha companheira, provavelmente ainda terei mais família, felizmente, para poder enumerar. E não lhe admito, realmente, que perante estas Sras. e Srs. Deputados, e muitos que até me conhecem bem, e as Sras. e Srs. Presidentes de Junta – felizmente hoje não temos aqui público para atender às ofensas, mas também perante os Srs. Funcionários – emite essa opinião, que é contrária à verdade. Eu, quando venho aqui, assumo a minha intervenção. Claro que me preparo, faço bem o meu trabalho de casa, acho que o senhor deve fazer o seu, porque na vida pública é assim que devemos estar, e quando estamos neste órgão fiscalizador, é assim que devemos honrar o nosso mandato. Agora, sim, faço o meu trabalho de casa, e as minhas intervenções são todas da minha inteira responsabilidade. Isso, assumo-o plenamente, e não admito que ponha essas palavras na minha boca, porque são mentira. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sim, como disse o deputado desta vez, e bem, citou no momento certo o art.º 34.º, em que o Sr. Deputado tinha direito a cinco minutos para se pronunciar. Mas, é assim mesmo, Sr. Deputado, é assim mesmo, considerou uma ofensa à sua honra, é à consideração. Como disse, tinha cinco minutos para pôr a sua questão. E agora, de acordo também com o mesmo Regimento, como o Sr. Deputado deve saber, tem a palavra a pessoa visada, para num período não superior a três minutos, se pronunciar. É assim, Sr. Deputado, que têm que ser feitas as coisas. -----

Faça favor, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, está equivocado. Eu, quando refiro que parece que é o senhor que não escreve, é porque tinha acabado de responder ao que voltou a perguntar. Quando não refiro como pessoas, refiro como entidades que estiveram ao serviço do Município, e que eu próprio, quando sair, vou ser visado na mesma. Nunca me referi à sua companheira, ou a quem quer que seja, ao contrário do Sr. Deputado, que já se referiu várias vezes, quer à minha esposa, quer à do Sr. Vice-Presidente da Câmara. E eu não vou entrar nesse lamaçal, porque havia muitas coisas para falarmos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Passamos, então, ao Ponto n.º 2, Apreciação da Consolidação de Contas do ano 2021. -----

---

## **PONTO 2 — APRECIÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2021.--**

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS), **Luís Miguel Lopes** (PS) e **Diogo Oliveira** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Srs. Deputados, este é um documento obrigatório porque temos entidades com quem consolidamos. A necessidade de consolidação de contas surge quando se verifica a participação do Município em outras entidades, devendo identificar-se o método de consolidação indicado no normativo contabilístico, que é isto que aqui estamos a fazer. -----

Se se recordam, no ano passado consolidámos com três empresas, que eram a ADIN, o Laboratório Regional de Trás-os-Montes, e com a GESTURDOURO. Uma vez que não temos já participação na GESTURDOURO, e não temos posição dominante no Laboratório Regional de Trás-os-Montes, só foi consolidado com a ADIN. -----

Como podem ver neste documento técnico, o qual eu assumo aqui que assinei o que foi feito tecnicamente, não tenho problema nenhum de o fazer, é um documento sujeito, quer à perspetiva dos nossos revisores oficiais de contas, quer à perspetiva dos revisores oficiais de contas da empresa com que consolidamos. -----

É tão só isto, um dever legal que aqui trazemos nesta Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

14  
C. do  
M.

Estão abertas as inscrições para o Ponto n.º 2. Há três inscrições. -----

Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----

Antes de iniciar a minha intervenção, e uma vez que o Sr. Presidente, no ponto anterior, não respondeu às minhas questões, irei só entregar dois requerimentos na Mesa, 14/2022 e 15/2022, que peço que sejam anexados à ata, para não estar aqui a ler e a perder mais tempo, e vou deixar aqui na Mesa. -----

Na pág. 29 do documento aqui apresentado, consolidação de contas por parte da Câmara Municipal, consta o Quadro 7, “Adições”. Existem duas rubricas intituladas “Edifícios e outras construções”, uma situada na terceira linha, e outra que se encontra localizada na décima sexta linha. Na primeira, temos uma compra de 41.174,02€. Pergunto-lhe, Sr. Presidente, a que edifício corresponde esta aquisição. Na segunda, observamos uma compra no valor de 379.078,97€. Questiono o Sr. Presidente a que edifício, ou edifícios, se refere tal aquisição. -----

Ainda no mesmo quadro, na primeira linha, na rubrica “Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural”, observamos uma compra de 167.269,32€, e na quinta linha, na rubrica “Património histórico, artístico e cultural”, uma compra no valor de 118.941€. A que correspondem estas aquisições? -----

Queira fazer o favor de me esclarecer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Lopes, se faz favor. ---

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez. -----

Não sei se me posso dirigir ao Sr. Presidente da Assembleia, quando o Sr. Presidente diz “não sou político”. Sr. Presidente, nem eu, nem você, nem o Pedro, nenhum de nós é político. O único político que há, que lhe reconheço algum mérito em alguns assuntos, é o Dr. Nuno. De resto, somos todos pessoas que estamos aqui para defender os interesses do concelho. Políticos, acho que não somos nenhuns, somos pessoas que estamos aqui a defender os interesses do nosso concelho. O senhor defende os seus, que acha que são os melhores, e nós defendemos os nossos, que achamos que são os melhores, e em alguns conseguiremos seguir o mesmo caminho. Era só isso, Sr. Presidente, porque políticos, não somos nenhuns, acredito que não. --  
Relativamente a este ponto, na pág. 7 do documento que nos foi cedido para o Ponto n.º 2, Apreciação da Consolidação de Contas do ano 2021, a ADIN apresenta resultados positivos e uma evolução positiva de rentabilidades. A pergunta é esta, é muito simples: se as águas sempre deram prejuízo aos Municípios, que milagre é que aconteceu na gestão das águas para que esta

M.  
Pedro  
M

realidade tenha acontecido, e qual é o valor, ou o custo, que o Município, em 2021, continua a ter com as águas. -----

É só isso. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Através da análise da documentação enviada, é referido no ponto “Principais atividades desenvolvidas pela entidade consolidada, Águas do Interior Norte” que a ADIN iniciou funções no ano de 2020, implementou uma estratégia destinada a dotar os serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, da resiliência, sustentabilidade e eficiência, a preços economicamente sustentáveis. -----

Sr. Presidente, algo economicamente sustentável, creio que não seja sinónimo de onerar algo.-  
Concorda comigo? -----

No segundo parágrafo é referido que no ano de 2021 começaram a ser visíveis os resultados da gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, nomeadamente a redução do volume de água não faturada e o aumento da eficiência na redução de falhas de água. Creio que o Sr. Presidente estará a omitir aqui uma informação material que influenciará a opinião dos agentes financeiros, uma vez mais onerar as faturas da população. -----

Sr. Presidente, segundo o que consta na ISA 240, define-se como fraude um ato intencional praticado por um ou mais indivíduos de uma entidade, envolvendo o propósito de falsidades para obter uma vantagem injusta ou ilegal. Sr. Presidente, sabia que a omissão de uma informação desta índole constitui uma falsidade relativamente às demonstrações financeiras? Por que tenta distorcer materialmente informação financeira? Os resultados de que tanto se gabam são de onerarem a população? Sr. Presidente, digo mesmo, assaltar a população da forma mais baixa possível. -----

De referir que quaisquer demonstrações financeiras dispõem de notas que são explicadas no anexo. Sr. Presidente, questiono-o do seguinte: qual é a nota referente à rubrica da contabilidade de participações financeiras? Qual é a nota referente à rubrica de Estado e outros entes públicos? Qual é a nota referente à rubrica de outras contas a receber? Qual é a nota referente à rubrica de financiamentos obtidos? Qual é a nota referente à rubrica de diferimentos? Qual é a nota referente à rubrica de fornecedores? Qual é a nota referente à rubrica de impostos e taxas? Sr. Presidente, precisa que enumere as restantes sub-rubricas, ou bastam estas e o Sr. Presidente faz o trabalho de casa e vê as restantes? -----

Sr. Presidente, onde consigo encontrar a justificação para as variações materiais? Por exemplo, Sr. Presidente, por que é que a sub-rubrica de participações financeiras subiu de 605.382,52€ para 6.437.189,32€? Devido a que razão a sub-rubrica de financiamentos obtidos teve uma

14.  
Pedro  
M.

diminuição de quase 1.000.000€? Relativamente às sub-rubricas de rendimentos, devido a que razão houve um decréscimo de 474.319,36€, para apenas 3.741,03€? A rubrica de outros rendimentos atualmente é composta por um total de 2.182.712,92€, quando o anterior foi de 512.993,18€. Por que razão se deu esta variação significativa? O que está incluído dentro da presente sub-rubrica? -----

Sr. Presidente, antes que o senhor responda dizendo que a informação está aqui, ali ou além, eu quero saber por que é que não está aqui. Sendo demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas, também não serve de justificação, Sr. Presidente. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Terminada a primeira ronda, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, Sr. Deputado, antes de se sentar, só lhe agradeço nos ter dado o elogio que deu. Se conseguimos estes resultados, por alguma coisa foi. Quanto ao resto, à fraude, iremos enviar para os ROC's da ADIN para se pronunciarem sobre as suas palavras, e para fazerem o que tiverem que fazer por bem. É isso que vamos fazer. Muito obrigado. -----

Quanto ao restante, o Sr. Deputado Luís Lopes, eu depois perdi-me com a sua questão. Os resultados líquidos da ADIN não têm só a ver com Torre de Moncorvo, têm que ver com os oito Municípios, e também com a incorporação que fez da EMAR. Por isso, desde logo, os resultados positivos vêm dessa incorporação e dos oito Municípios, e também não nos esquecemos do financiamento que conseguiram no BEI. -----

Quanto ao mapa das adições, este mapa já vinha na prestação de contas, e tem a ver com uma coisa que está lá – e como eu não sou perito nisto – que é o aumento dos valores inventariados. O aumento dos valores inventariados permitiu estes aumentos. Mas, se for à prestação de contas, já lá se encontra o mesmo valor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado Luís Lopes, primeiro. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Sr. Presidente, não respondeu à questão de quais os custos que o Município teve durante o ano de 2021 com as águas. Pode não ter aí, mas pronto, não há problema, mas teve. -----

É mesmo isso, Sr. Presidente, afinal os Municípios continuam a ter algum prejuízo com a água, por falta de coragem política dos autarcas. Não entenda esta falta de coragem política como uma

lh.  
Pedro  
M.

crítica exclusivamente a si, não é esse o meu objetivo, mas esta falta de coragem política é igual para todos aqueles que, quer no passado, no presente e no futuro próximo, não têm ou não tiveram coragem de assumir que a água é um bem essencial à vida, e nunca deveria ser privatizada. Esta é a minha opinião em relação às águas. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís João. Prescinde? Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Na nota 121 da pág. 113 da documentação enviada é referida a constituição da "AIN". Esta é uma entidade nova, Sr. Presidente, ou é uma evidência da falta de atenção? Sr. Presidente, se um erro tão simples passou despercebido, nem quero imaginar relativamente à informação financeira. -----

As notas nas demonstrações financeiras, mesmo sendo não consolidado, onde se encontra a explicação para esta informação que lhe expliquei na última intervenção? Mais omissão de informação, Sr. Presidente? Para o Sr. Presidente, a Lei é indiferente, passa-se por cima ou ao lado dela, mas se não fossem as normas da auditoria e a contabilidade, questiono-o que fiabilidade poderia dar à informação financeira. -----

E já agora, Sr. Presidente, pode enviar a informação que disse, da questão da fraude, para onde entender e achar bem, porque para mim, relativamente a isso, estou completamente de consciência tranquila, porque eu não questionei o auditor em sim, estou a questionar a informação disponibilizada para a análise da auditoria. Isso é que eu questiono, não questiono que a auditoria em si foi mal ou bem realizada. A informação financeira disponibilizada pode ter sido pouca, é isso que eu quero dizer. Por isso, estou completamente de consciência tranquila, e volto a repetir. -----

Se nem de Lei ??? o Sr. Presidente é capaz de dar uma acertada, é melhor nem vermos estes temas. Tenho pena que o Sr. Presidente não faça o seu trabalho de casa. Sr. Presidente, com tantas faltas de notas, variações justificadas e lapsos semnexo, não sei o que diga, é uma tristeza. Rigor, profissionalismo, falta de conhecimento, omissão de informação importante. Sr. Presidente, o parecer é negativo. Como se costuma dizer, mais uma moedinha, mais uma voltinha; neste caso, mais umas continhas, mais umas neguinhas. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo Silva. Prescinde? Sr. Deputado José Aires, então. -----

15  
Rede  
M.

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relembrar aqui que no ponto da ordem do dia, conforme o Sr. Presidente citou há pouco, e bem, o Regimento, existem dois pontos de intervenção por parte dos deputados municipais, que é o ponto um, para a primeira inscrição, e o ponto dois, caso queiram intervir novamente após os esclarecimentos prestados pelo Executivo. -----

Relativamente às minhas quatro questões, não me responderam a nenhuma. Isto aqui tem sido sistemático. Sr. Presidente da Mesa, peço-lhe que tenha atenção, porque deviam responder, para poder analisar a resposta e poder fazer outra intervenção. O Presidente da Câmara sistematicamente tem ignorado as minhas questões, e aqui são questões que nem falam de obras, estamos a falar de contas, poderia responder, penso que são questões perfeitamente ao abrigo do relatório que foi apresentado por parte da Câmara Municipal, que é para podermos ter uma segunda ronda de intervenções, senão temos que criar uma terceira ronda de intervenções, para depois poder rebater as respostas do Sr. Presidente e do Executivo. Penso que se faz assim, com base no diálogo que toda a gente defende, é assim, umas pessoas questionam, outras respondem, também podem colocar questões, depois os outros respondem e voltam a questionar, e tem sempre, por fim, a palavra a Câmara Municipal. -----

Não sei se é necessário repetir as questões, se o Sr. Presidente não estava atento na primeira ronda. Se calhar é melhor repetir, então. -----

Na pág. 29 do documento aqui apresentado pela Câmara Municipal consta o Quadro 7, "Adições". Existem duas rubricas intituladas "*Edifícios e outras construções*", uma situada na terceira linha, e outra que se localiza na décima sexta linha. Na primeira, temos uma compra de 41.174,02€. Pergunto-lhe, Sr. Presidente, a que edifício corresponde essa aquisição. Na segunda, observamos uma compra no valor de 379.078,97€. Questiono o Sr. Presidente a que edifício, ou edifícios, se refere tal aquisição. -----

Ainda no mesmo quadro, na primeira linha, na rubrica "*Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural*", observamos uma compra de 167.269,32€, e na quinta linha, na rubrica "*Património histórico, artístico e cultural*", uma compra no valor de 118.941€. A que correspondem estas aquisições? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões levantadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado. -----

Sr. Deputado Luís Lopes, os custos que a Câmara tem são os custos de consumo próprio e os apoios sociais, nomeadamente às famílias carenciadas, que somos nós que assumimos, às

M.  
Pedro  
M.

famílias numerosas, que somos nós que assumimos, e às IPSS's. Estes são os custos, não temos mais custo nenhum com a empresa. Nós não metemos dinheiro na empresa. -----

Sr. Deputado José Aires, volto a dizer, não são compras, é aumento dos valores inventariados.- Ou seja, há uma obra que é feita neste espaço – como por exemplo foi feita toda a parte de madeira que estava a cair e que apodreceu – esse incremento tem que ir para o património. E, portanto, é isso que aqui está, não há compras, é um incremento desses valores inventariados, já pré-inventariados, porque já estão na prestação de contas. Se for lá ver, estão exatamente iguais. É isso que eu estou a dizer, é aumento dos valores inventariados. -----

Sr. Deputado Diogo, eu sei que o senhor está confortável, eu também tenho que estar confortável. E por isso, o senhor aqui vem dizer que há uma fraude, eu tenho que saber por quê, até porque o que o senhor fala, nós não estávamos aqui a perceber muito bem, é na pág. 46, que falou sobre a nova entidade, a “AIN”. Certo? Mas, o Sr. Deputado não reparou que este é o relatório que a Águas do Interior Norte mandou para nós, e que nós não podemos alterar, porque senão, no mínimo, fazíamos um abuso de confiança, ou uma fraude? Então nós aqui íamos alterar o que eles escreveram? Provavelmente isto será “Águas Interior Norte”. Era fácil se o senhor não quisesse criticar tudo e todos, lançando aqui o repto de que todos somos uns malvados, à exceção do Sr. Deputado, mas era fácil ter chegado lá. Tenho pena que não tenha conseguido, mas vai chegar, eu ainda tenho esperança que antes de eu sair daqui o senhor ainda vai chegar lá. Vamos ver. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Iremos, então, passar à votação do Ponto n.º 2 - Apreciação da Consolidação de Contas do ano 2021. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação em vigor, **apreciou e deliberou por maioria**, com 20 votos a favor, 6 votos contra (*dos deputados José Aires, Altina Lopes, Fausto Tiago, Diogo Oliveira, Sílvia Santos, Luís Miguel Lopes*), e 2 abstenções (*dos deputados António Júlio Andrade e Luiz Marcelino Lopes*) votar a “**Consolidação de Contas do ano 2021**”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sim, faça favor. -----

-----**A Deputado Sílvia Santos:** Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista:--

16  
Pedro  
M.

-----**Declaração de Voto**-----

“Dadas as manifestas incorreções e incongruências detetadas na análise da Prestação de Contas de 2021, submetida por parte da Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal, já expostas por este Grupo Municipal na passada sessão ordinária de abril, e os insuficientes esclarecimentos prestados pelos seus representantes, tendo a noção de que a Consolidação de Contas para o ano de 2021 tem por base a contabilidade analítica do Município e as demonstrações orçamentais, os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista abaixo assinados vêm por este meio e pelos motivos acima referidos justificar o voto contra neste ponto.”

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Deputada. -----

---

**PONTO 3 — DESIGNAÇÃO DE TRÊS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL.** -----

---

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos fazer três votações. Um dos representantes tem de ser um Presidente de Junta. A primeira votação é um representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e depois a segunda e a terceira votação. -----

Eu iria interromper os trabalhos durante cinco minutos para que os Srs. Líderes Parlamentares fizessem as vossas listas e entregassem para votarmos. São nomes, desculpem. São três votações, a votação um, um Presidente de Junta, há a Lista A e a Lista B. A votação dois, um membro, A e B, e a votação três. É votado nome a nome. -----

Interrompo durante cinco minutos. -----

-----*(Interrupção dos trabalhos)*-----

-----**O Presidente de Mesa:** Srs. Deputados, iremos, então, proceder à votação. Iremos passar à votação. -----

A primeira votação é para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia. A primeira lista entregue foi a do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. -----

O nome proposto, da que será a Lista A: Luiz Marcelino Lopes; a Lista B, que foi entregue do Grupo Parlamentar do PSD e CDS, o nome proposto é: o de Luísa Maria Pinto Ferreira. -----

M.  
Redes  
M.

Srs. Deputados, vão ter um papel, e põem "A" ou "B". Lista A, Luiz Marcelino Lopes; Lista B, Luísa Maria Pinto Ferreira. -----

Vamos contar os votos. -----

----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por escrutínio secreto, com 20 votos a favor, eleger como representantes da Assembleia Municipal na Equipa para a Igualdade na Vida Local: a deputada *Luísa Maria Pinto Ferreira*, como Presidente de Junta de Freguesia. ----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Segunda votação: -----

Lista A: Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; -----

Lista B: Fernanda Maria Trigo Silva. -----

Façam o favor de votar. -----

----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por escrutínio secreto, com 20 votos a favor, eleger a deputada *Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva*. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos à última votação. -----

Lista A: José Manuel Rodrigues Aires; -----

Lista B: Francisco António Roque Braz. -----

----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou por escrutínio secreto, com 20 votos a favor, eleger o deputado *Francisco António Roque Braz*. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

\*\*\*\*\*

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não há público. Passaremos, então, à minuta da ata do dia de hoje, e à sua votação. -----

Está-me aqui a chamar à atenção o Pedro que na vossa declaração de voto está “*voto contra*”, e há aqui dois membros do Grupo do Partido Socialista que se abstiveram. Não querem corrigir esta parte? Corrigem e depois entregam, posteriormente. -----

Já agora, o Pedro também me chamou à atenção, aqui no Requerimento n.º 14, o Ponto n.º 3, o nome do Álvaro, está Álvaro Venera José Lopes, tem os nomes trocados. São só pormenores, já agora. -----

Íamos passar, então, à minuta da ata da reunião de hoje, de 30 de junho de 2022. -----

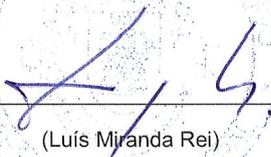
\* \* \* \* \*

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado a todos, e bom almoço. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

**O Presidente da Mesa,**



(Luís Miranda Rei)

**1.º Secretário da Mesa,**



(Pedro Carrasqueira)

**2.ª Secretária da Mesa,**



(Fernanda Silva)